



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2016 **INCRA – SR 15**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E
REFORMA AGRÁRIA
Superintendência Regional 15 – NORTE

Lista de siglas e abreviações

APP - Área de preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB - Associação Crédito do Brasil
CDR - Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC - Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF - Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ - Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT - Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS - Microssistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF - Ministério Público Federal
TEM - Ministério do Trabalho e Emprego
NE - Norma de Execução
NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
OCI - Órgão de Controle Interno
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAF - Projeto de Assentamento Florestal
PB - Projeto Básico
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PGE - Plano Geral de Estatísticas
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PC - Plano de Compromisso
PPA - Plano Plurianual
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PU - Planos de Utilização
RB - Relação de Beneficiários
RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
RG - Relatório de Gestão
RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
RL - Reserva Legal
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC - Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT - Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT - Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Tabela Item 2.1- Identificação da unidade.....	8
Tabela Item 3.1.1 – Objetivo Estratégico 1 - Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.....	10
Tabela Item 3.1.1 – Objetivo Estratégico 1 – Resultados estratégicos previstos	12
Tabela Item 3.1.2- Objetivo Estratégico 2 - Efetivar uma política de governança fundiárias, com articulação institucional e federativa, pô meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso da terra e dos recursos naturais.....	12
Tabela Item 3.1.1 – Objetivo Estratégico 2 – Resultados estratégicos previstos	13
Tabela Item 3.1.3- Objetivo Estratégico 03 - Promover a democratização do acesso à terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.....	13
Tabela Item 3.1.3 – Objetivo Estratégico 3 – Resultados estratégicos previstos	14
Tabela Item 3.1.4- Objetivo Estratégico 4 - Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.....	14
Tabela Item 3.1.4 – Objetivo Estratégico 4 – Resultados estratégicos previstos	15
Tabela Item 3.1.5 – Objetivo Estratégico 5 – Resultados estratégicos previstos	16
Tabela 3.1.6 - Objetivo Estratégico 6 - Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.....	16
Tabela Item 3.2 - Execução descentralizada com transferências de recursos.....	16
Tabela Item 3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária - Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso.....	18
Tabela Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016.....	21
Gráfico Índice de cadastramento de imóveis rurais.....	23
Gráfico Índice de análise de processos de certificação de imóveis.....	23
Tabela 3.3.2 - Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento - Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso.....	25
Tabela Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2015 e anteriores para fins de registro.....	29
Tabela Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência.....	29
Demonstração da situação do registro dos imóveis no Siafi por intermédio do Spiunet.....	30
Gráfico Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha).....	31
Gráfico Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento.....	31
Gráfico Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR).....	32
Tabela Item 3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento - Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso.....	33
Gráfico Índice de provimento de PDA/PRA.....	46
Gráfico Índice de acesso à moradia nos assentamentos.....	47
Gráfico Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção.....	47
Gráfico Índice de provimento de assistência técnica.....	47
Gráfico Renda Média das Famílias.....	48
Gráfico Índice de parcelas supervisionadas.....	48
Gráfico Índice de consolidação de assentamentos.....	49
Gráfico Índice de acesso à água para consumo doméstico.....	50
Tabela 5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade.....	55
Gráfico Índice de abrangência de capacitação.....	59
Gráfico Índice de horas de capacitação.....	59
Gráfico 7.1- Desempenho financeiro do exercício.....	63
Tabela 7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	66
Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU.....	69
Gráfico Informações sobre Tomadas de Contas Especiais (TCEs) instauradas pela Superintendência.....	70
Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ.....	72
Tabela Item 9.2- Resultados do atendimento ao público externo.....	74

Sumário

1- Apresentação	7
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	8
2.1- Identificação da unidade	8
3- Planejamento organizacional e resultados.....	9
3.1- Planejamento e resultados alcançados.....	9
3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos	16
3.3- Desempenho operacional	18
4- Governança, gestão de riscos e controles internos.....	52
4.1- Atuação da unidade de auditoria interna	52
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	53
5- Áreas especiais da gestão.....	55
5.1- Gestão de pessoas.....	55
6- Relacionamento com a sociedade	61
6.1- Canais de acesso do cidadão	61
7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro.....	63
7.1- Desempenho orçamentário e financeiro do exercício	63
7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	66
7.3- Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber	67
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	69
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	69
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	69
8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário	70
8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	71
9- Anexos e apêndices	72
9.1- Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ	72
9.2- Resultados do atendimento ao público externo.....	74
9.3- Memória de cálculo dos indicadores	74

1- Apresentação

O presente Relatório de Gestão foi elaborado conforme o disposto na **IN TCU nº 63/2010**, de 01 de setembro de 2010, na **IN TCU nº 72/2013**, de 15 de maio de 2013, na **DN TCU nº 154/2016**, de 19 de outubro de 2016, na **DN TCU nº 156/2016**, de 30 de novembro de 2016, na **Portaria INCRA nº 06/2017**, de 2 de janeiro de 2017, relativas às ações executadas pela Superintendência Regional do INCRA no Amazonas durante o exercício de 2016.

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa – TCU N° 154 de 19 de outubro de 2016, o Relatório de Gestão 2016 Individual da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, está organizado em 8 (oito) itens, sendo:

1. Apresentação
2. Visão geral da unidade prestadora de contas
3. Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional
4. Governança
5. Relacionamento com a sociedade
6. Desempenho financeiro e informações contábeis
7. Áreas específicas da gestão
8. Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle
9. Anexos e apêndices

A despeito das peculiaridades regionais e dos poucos recursos disponíveis, esta Superintendência pelo seu corpo diretivo e técnico, tem buscado cumprir as metas que lhes são atribuídas, somando de maneira positiva para o avanço da reforma agrária brasileira, considerando ainda a Amazônia ser uma região diferenciada. Outro fato que pode ser considerado importante é o avanço da reforma agrária nas áreas de várzeas e de unidades de conservação, um desafio que está sendo vencido com determinação e competência, levando a esses brasileiros, vigilantes das florestas e rios, inclusão social e cidadania.

Vale ressaltar que o INCRA Amazonas vem sofrendo com a redução do corpo técnico, mesmo havendo o ingresso de servidores nomeados em 2013 relativos ao concurso ocorrido em 2010, contribuiu pouco em consequência desses servidores por serem originários de outros estados brasileiros, que buscam transferências aos seus estados de origem, e esse fato se agrava ano a ano em função das aposentadorias que naturalmente ocorrem.

Alem desses fatos, o órgão conta com poucos recursos para trabalhar num estado amazônico de dimensões continentais e dificuldades de locomoção, utilizando para isso, vários meios de transportes, como carros, aviões, embarcações regionais e voadeiras, além da falta de logística no interior, onde a rede hoteleira é praticamente inexistente.

Apesar de todos esses obstáculos, o INCRA, conseguiu cumprir com as determinações da autarquia e dessa forma, superou diversas metas estabelecidas conforme descritas no item 3.1 deste relatório.

O gráfico de índice de gastos com obtenção de terras, do item 3.3.2 a linha “ix” deste relatório não está sendo apresentado, pois a superintendência regional não executou essa ação no exercício de 2016.

O gráfico de índice de Regularização Fundiária, do item 3.3.1 a linha “v” deste relatório não esta sendo apresentado, pois a Superintendência do INCRA no Amazonas, em decorrência do disposto no Art. 33 da Lei nº 11.952/2009 não executa atividades de Regularização Fundiária.

A atividade de Regularização Fundiária em terras da União localizadas na Amazônia Legal são executadas pelo Programa Terra Legal.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

Incra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo/Legislativo/Judiciário/Função essencial à Justiça		
Órgão de vinculação: Ministério de Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		CNPJ: 00.375.972/0014-85
Principal atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Código SIORG: 4137	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373025
Contatos		
Telefones/fax: (092) 3194-1300		
Endereço postal: Av. André Araújo, 901 – Aleixo – CEP: 69.060-001 – Manaus/AM		
Endereço eletrônico: publico@incra.gov.br		
Página na internet: http://www.incra.gov.br		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código Siafi	Nome
373026	INCRA BOCA DO ACRE/AM
373027	INCRA HUMAITÁ/AM
373028	INCRA BORBA/AM
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código Siafi	Nome
372025	INCRA MANAUS/AM

3- Planejamento organizacional e resultados

3.1- Planejamento e resultados alcançados

Demonstração sucinta do alinhamento da atuação da superintendência com o plano estratégico como INCRA sede.

O processo de planejamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para o ano 2016 resultou no Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2016 (Caderno de Metas 1^a Versão), aprovado em 30/11/2016, através da Resolução nº 25 do Conselho Diretor do INCRA.

No Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2016 (Caderno de Metas 1^a Versão), foram definidas as metas físicas e orçamentárias para as 30 (trinta) Superintendências Regionais do INCRA. Em 29/11/2016, através da Resolução Nº49, do Conselho Diretor do INCRA, em consequência do Decreto nº 8.670 de 12/02/2016, que estabeleceu os limites de movimentação e empenho do orçamento/2016, houve nova revisão do Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2016, sendo definido o Caderno de Metas 2^a Versão (revisada).

As ações da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas foram executadas com dificuldades, em decorrência das limitações orçamentárias/financeiras durante do exercício de 2015, e também em decorrência do reduzido quadro de pessoal da Regional. Apesar dessas dificuldades, algumas ações apresentaram números satisfatórios, e significativa contribuição as metas nacionais (INCRA/Sede), onde destacamos as seguintes:

- Ação 2105 – Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, que obteve o percentual de 100,13% de execução na atividade de cadastros de imóveis rurais atualizados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR);
- Ação 210U/PO0B – Gestão de Terras Públicas, que obteve o percentual de 119,19% de execução na atividade de área diagnóstica para processo de Arrecadação Sumária, e que representou 117,62% de consecução da meta nacional;
- Ação 211B/PO 07 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais, que obteve o percentual de 210,19% de execução, contribuindo com 9,63% para a consecução da meta nacional;
- Ação 211A/PO 05 – Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária – Assentamentos com CAR, que obteve o percentual de 450,0% de execução;
- Ação 211A/PO 0A – Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamentos, que obteve o percentual de 168,91%;
- Ação 211A/PO 04 – Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, que obteve o percentual de 279,60%;

3.1.1- Objetivo estratégico 1

i. Descrição

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a organização da oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
1. Número de famílias com crédito instalação ou equivalente concedido	Crédito Disponibilizado (famílias)	1.7644	41
2. Número de famílias atendidas com assistência técnica	Atendimento com ATES (Famílias)	455	1.757
3. Número de famílias atendidas com projetos de agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas (Terra Sol)	Projeto de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização (Famílias)	-	-
4. Número de famílias beneficiadas com implantação e/ou recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento	Obra Iniciada (Famílias)	1.360	-
5. Número de crédito instalação supervisionado	Crédito Supervisionado (Famílias)	1.830	1.040
6. Número de assentamentos monitorados com ações de gestão ambiental	Assentamento	17	17
7. Número de assentamentos com licença ambiental protocolada	Licença Protocolada	1	1
8. Número de assentamentos com regularização ambiental requerida pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR	Assentamentos	12	54
9. Número de profissionais com bolsa de capacitação e formação profissional em assistência técnica/PRONERA	Profissional Capacitado (Unid)	-	-
10. Número de profissionais com capacitação técnica e formação profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária/PRONERA	Profissional de NM ou NS Formado (Unid)	-	-
11. Número de trabalhadores rurais atendidos pelo PRONERA, nas ações de Educação de Jovens e Adultos – EJA	Trabalhador Rural Escolarizado (Unid)	-	-

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Crédito – A concessão do novo Crédito Instalação no Amazonas está sendo operacionalizado apenas nas Modalidades “Apoio Inicial I” e “Fomento Mulher”, e sua aplicação, mais precisamente as atividades preliminares à sua aplicação (levantamento de demandas, realização de reuniões, coleta de assinaturas nos Contratos de Crédito pelos beneficiários, encaminhamento das demandas para o INCRA/SEDE e inclusão destes no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação – SNCCI) resultaram em **972 novos contratos créditos** assinados em 2016, em 22 assentamentos, conforme Decreto Nº 8.256, de 26 de maio de 2014. Salientando-se que desse total, **895 famílias** foram atendidas com a confirmação dos **valores em cartão de crédito** em, **03 de fevereiro de 2017**.

Há que se esclarecer que os **41 Créditos efetivados em 2016**, conforme consta nos instrumentos de controle publicados na [wiki.incria](#) (leitura do Caderno de Metas – orçamentário/financeiro e Crédito/2016_Consolidado), ocorreram nos meses de janeiro, fevereiro e março, concluindo-se pois, tratar-se de Contratos de Créditos assinados em 2015.

ATES – Iniciamos 2016 com dois contratos vigentes, atendendo um total de 1.757 famílias. No mês de junho, por força de limitação de recursos, um dos contratos foi encerrado e o outro renovado até junho de 2017, com repactuação, alterando-se as ações a serem realizadas e o número de famílias a

serem beneficiadas, que reduziu de 750 para 455, a fim de ajustar o valor do contrato ao orçamento disponível, que representava os recursos registrados em restos a pagar mais o valor a ser descentralizado, de acordo com a demanda da superintendência para custear os serviços contratados.

Os recursos de Ates inscritos em RAP referem-se a quatro contratos de Ates, sendo 02 encerrados em 2015, cujo saldo de empenho ainda não havia sido anulado, e 01 encerrado em 2016.

No final do ano, realizou-se a anulação dos empenhos relativos aos 03 contratos, permanecendo apenas o empenho referente ao contrato vigente, cujo saldo foi utilizado para pagamento dos serviços executados até dezembro.

Em razão da limitação orçamentária e da incerteza de disponibilidade de recursos para pagamentos de serviços de Ates, desde o início 2015, há determinação da Diretoria de Desenvolvimento (Mem.Nº07/2015-DD) para suspender o lançamento de Chamadas Públicas e realização de novos contratos de prestação de serviços de assistência técnica e, mais recentemente (Memo Circular nº230/2016), de realizar readequações orçamentárias e financeiras dos contratos de Ates ainda vigentes, com sugestão de várias medidas para ajustar os contratos vigentes ao saldo de recursos disponível.

Pelo exposto, não há como estabelecer metas para atendimento de famílias com serviços de ATES a médio e longo prazos.

Terra Sol – Em 2016 foi executada a obra de reforma na área externa da sede do INCRA para a implementação da estrutura física da “**Feira Permanente de Produtos da Reforma Agrária**”. Esta atividade beneficiará inicialmente 100 famílias (em forma de rodízio), uma vez que o espaço é limitado.

Infraestrutura – As obras em execução foram licitadas no final de 2013, iniciadas em 2014 e ainda estão em vigência até a presente data. Trata-se da recuperação de 55 km de vicinais nos Assentamentos PAQUEQUER E SÃO FRANCISCO, nos municípios de Nova Olinda do Norte e Canutama respectivamente, que beneficiarão 612 famílias.

Supervisão de Crédito – Nesta ação foram executados os serviços de fiscalização em 20 créditos antigos, que resultou na construção efetiva de 20 casas; procedimentos preliminares (levantamento de demandas, reuniões, coleta e assinatura de contratos e inclusão do SNCCI), resultando na assinatura de 972 contratos de créditos (modalidades Apoio Inicial I e Fomento Mulher), e aindareuniões preliminares à concessão do crédito instalação para **48 famílias**, com vistas à assinatura dos contratos de créditos em 2017.

PRONERA – Ações relativas à Educação do Campo – São ações executadas por meio de parcerias com instituições de ensino e que, portanto, não dependem unicamente do órgão para acontecer. São realizadas por meio de convênios (em atendimento a chamamento público) e termos de execução descentralizada com instituições federais. Em 2016 não houve chamadas públicas (ver texto no item sobre “Educação do Campo”).

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
1. CRÉDITO: 41 Créditos concedidos (ref. a contratos assinados em 2016) e 972 contratos assinados em 2016.	3.300 – atendimento de 1.100 famílias por exercício.	2.000 por exercício, uma vez que até então estaremos aplicando as demais modalidades.
2. ATES: 1.757 famílias atendidas	Diante das limitações expostas no texto acima, achamos por bem não prever metas de médio prazo.	Diante das limitações expostas no texto acima, achamos por bem não prever metas de longo prazo.
3. TERRA SOL: - Construção do espaço destinado à realização da Feira Permanente de Produtos da Reforma Agrária.	100 famílias (em sistema de rodízio) que participarão da Feira Permanente de Produtos da Reforma Agrária.	
4. INFRAESTRUTURA:	612 Famílias (contratos de 2013 ainda em vigência).	
5. SUPERVISÃO DE CRÉDITO: 20 (créditos antigos); assinaturas de 972 contratos de Novos Créditos e 48 levantamentos de demanda para novos créditos.	3.100 Créditos Novos.	2.000 por exercício (créditos novos em todas as modalidades).
9, 10 e 11. PRONERA:	150 – Caso se confirme os cursos acordados com a UFAM (150 alunos) com início a partir de 2017. E mais, se houver Chamada Pública para atendimento de 500 alunos em Cursos de EJA.	650 – Uma vez que os cursos têm duração de 02, 03 e 04 anos.

3.1.2- Nome do objetivo estratégico 2

i. Descrição

Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação institucional e federativa, por meio de instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária, do regime de propriedade, do uso da terra e dos recursos naturais.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
1. Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR	Imóveis Gerenciados	2.182	2.185
2. Número de Imóveis Rurais com fiscalização cadastral realizada	Área Fiscalizada	-	-
3. Número de hectares de terras devolutas da União diagnosticados.	Área Diagnosticada	1.500.000,00	1.787.970,45
4. Famílias atendidas com demarcação topográfica em projetos de assentamento	Serviço de Topografia Realizado (Famílias)	-	-
5. Número de documentos expedidos para titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento	Documento Expedido (Famílias)	500	1.398

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

A análise dos itens 1, 2 e 3 está demonstrada no tópico “i” Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso no item 3.3.1 – Ordenamento da estrutura fundiária deste relatório.

DEMARCAÇÃO TOPOGRÁFICA – Em 2016 os Créditos orçamentários desta Ação continuaram centralizados na Sede, e a liberação condicionada a programação a ser definida pela Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD), considerando as demandas encaminhadas pelas Regionais.

DOCUMENTOS EMITIDOS – Nessa Ação, de uma meta prevista de 500 foram emitidos 1.398 documentos: 18 CCU e 1.380 CCDRU. Valendo ainda ressaltar que as restrições para emissão de Títulos Definitivos ainda vigoraram até dezembro de 2016.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Número de atualizações cadastrais realizadas no SNCR – 2.182, executadas 2.185	Meta será definida no Planejamento para 2019	Meta será definida no Planejamento para ações a partir de 2020
Demarcação Topográfica: -	Meta será planejada em 2019	Meta será planejada em 2020
Documentos Emitidos: 1.398	3.600 (1.200 por exercício). Caso se libere a emissão de TD, esse número pode aumentar.	1.200 documentos por exercício.

3.1.3- Objetivo estratégico 3

i. Descrição

Promover a democratização do acesso à terra, com ações de reforma agrária e fundiária, observando as especificidades de cada território e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e a paz no campo.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
1. Área total de imóveis vistoriados	Nº hectares vistoriados	12.000,0000	25.223,9100
2. Número de imóveis com estudo de cadeia dominial elaborado	Nº Imóvel	1	0
3. Número de famílias assentadas	Nº famílias assentadas	200	12
4. Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Inicial em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Área Obtida ha	-	-
5. Número de hectares indenizados nos pagamentos de Indenização Complementar em aquisições de imóveis rurais para a reforma agrária	Área Indenizada ha	-	-
6. Número de parcelas ou unidades familiares dos projetos de assentamentos da Reforma Agrária supervisionadas (laudo entregue)	Lote ou parcela Vistoriada/Supervisionada (unid)	1.039	1.755

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Vistoria de Imóveis Rurais - as vistorias de imóveis até o exercício de 2016 têm sido realizadas em terras públicas arrecadadas pela União e que estão sob a gestão do Programa Terra Legal, mas enfrenta algumas dificuldades pois são áreas de difícil acesso e pouca infraestrutura que encarece as vistorias e a implantação de projetos de assentamento.

Cadastro e Seleção de Famílias para a Reforma Agrária - Na ação cadastro e seleção de famílias o acórdão Nº 775/2016 suspendeu a partir de Abril de 2016 todas as atividades deste exercício e os cadastro já realizados que são aproximadamente 200 não foram inseridos no SIPRA, pois o mesmo esteve com o módulo Candidato bloqueado desde a edição do referido acórdão.

Supervisão Ocupacional – Esta ação permaneceu com limites de execução, priorizando-se demandas do Ministério Público e de áreas em conflito. Assim, em 2016 de uma meta prevista de 1.039, foram realizadas 1.755 vistorias/supervisões em projetos de assentamento do INCRA.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
1.vistoria de imóvel 25.223,91 ha Cadastro e seleção de família 200 Gestão ambiental 17 projetos Regularização ambiental 50 projetos com CAR. 6. Supervisão Ocupacional: 1.755	Vistoria de imóvel 20.000,00 ha e RCGR em todas as áreas vistoriadas Cadastro e seleção 2000 famílias Gestão ambiental 25 projetos Regularização ambiental 80 projetos com CAR. 3.000 Vistorias – Caso cessem as limitações e haja disponibilidade de recursos financeiros.	Vistoria de imóveis 15.000,00 ha/ano e ECGR em todas as áreas vistoriadas. Cadastro e seleção 1000 famílias Gestão ambiental 40 projetos Regularização ambiental todos os projetos com CAR. 2.000 vistorias/ano também condicionados a disponibilidade de recursos financeiros.

3.1.4- Objetivo Estratégico 4*i. Descrição*

Promover autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
1. Número de mulheres atendidas pelo Crédito Fomento Mulher	(unid)	100	1
2. Número de mulheres beneficiárias com ATER	(unid)	406	-

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Fomento Mulher - Aliado aos problemas de elegibilidade para concessão do crédito sofridos no exercício de 2015, no ano de 2016, o número de mulheres aptas a receberem esse crédito sofreu significativa redução em razão do encerramento e readequação dos contratos de ATES, gerada por limitação de recursos orçamentários e, mais recentemente, em face dos bloqueios por inconsistência cadastral identificadas pelo TCU (Acórdão 775/2016).

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Crédito Fomento Mulher: 01 Contrato assinado	As metas serão planejadas em 2019.	As metas serão planejadas em 2020.
Mulheres beneficiárias com ATER:	Diante das limitações expostas no texto acima, achamos por bem não prever metas de médio prazo.	Diante das limitações expostas no texto acima, achamos por bem não prever metas de longo prazo.

3.1.5- Objetivo Estratégico 05

i. Descrição

Promover o acesso dos Povos e Comunidades tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e à regularização fundiária dos territórios, contribuindo para o seu etno desenvolvimento.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
1. Área total de imóveis vistoriados	Área Vistoriada ha	-	27.816,13
2. Número de hectares reconhecidos em portarias de reconhecimento de territórios quilombolas	Área Reconhecida ha	-	-
3. Número de relatórios antropológicos de comunidades remanescentes de quilombos concluídos	RTID Concluído	1	1
4. Número de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas publicados	RTID Publicado	1	-
5. Número de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) de comunidades quilombolas emitidos	Título Emitido CCDRU	-	-
6. Número de títulos definitivos de comunidades quilombolas emitidos	Título Emitido	-	-
7. Número de hectares indenizados aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para as comunidades quilombolas	Área Indenizada ha	-	-

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Em 2016 conclui-se o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Território Quilombola do Rio Andirá, que englobas as Comunidades Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, São Pedro e Trindade, localizado no Município de Barreirinha.

Foram cadastradas 558 famílias, com uma população aproximada de 2.693 pessoas, em uma área de 27.816,13 hectares de território reivindicado.

Foram identificados ainda 3 títulos definitivos e 268 posses de famílias quilombolas, e 7 títulos definitivos e 71 posses de não quilombolas.

O RTID será publicado no exercício de 2017, pois ficaram faltando somente a execução de uns procedimentos administrativos.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Conclusão do RTID do Território Quilombola do Andirá, no município de Barreirina.	As ações serão planejadas em 2019.	As ações serão planejadas em 2020.

3.1.6- Objetivo Estratégico 06

i. Descrição

Promover autonomia e a emancipação da juventude rural, contribuindo para sua permanência no campo e para a sucessão rural.

Atividade	Unidade de medida	Meta	Realizado
1. Número de jovens assentados (até 29 anos)	Jovem assentado	10	-

ii. Análise dos seus principais aspectos, com discussão do atual estágio de implantação

Devido a suspensão do cadastro e seleção de Famílias pelo Acórdão Nº 775/2016 a meta principal e a meta de assentamento de jovens não foi atingida.

iii. Resultados estratégicos previstos

Curto prazo 2016	Médio prazo 2019 (PPA)	Longo prazo 2020 em diante
Não foi possível a execução conforme descrito no item ii acima	As ações serão planejadas em 2019.	As ações serão planejadas em 2020.

3.2 Execução descentralizada com transferências de recursos

Caracterização		Prestação de contas de convênios vigentes		
Quantidade de convênios vigentes	01	Prestadas	Dentro do prazo	1
			Fora do prazo	0
Total de valores repassados	R\$ 2.376.022,85	Não prestadas	Dentro do prazo	0
			Fora do prazo	0

i. Providências e cronograma para cumprimento dos prazos

Atualmente na UJ encontram-se em análise da prestação de contas 09 convênios (SIAFI e SICONV), conforme tabelas abaixo, cujas prestações de contas foram apresentadas em exercícios anteriores. Os convênios SIAFI deverão ter as prestações de contas analisadas e concluídas até Junho/2017. Os convênios SICONV terão suas análises concluídas até dezembro/2017.

PROCESSO	SICONV	CONVENTE	SITUAÇÃO ATUAL
54270.007744/2009-41	718055 I	IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário de Manaus	Encontra-se na Divisão de Administração para envio do Relatório Final ao Gabinete para aprovação ao não dos seus termos.
54270.000104/2009-18	704401	Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva.	Encontra-se na Divisão de Administração para envio do Relatório Final ao Gabinete para aprovação ao não dos seus termos.
54270.008977/2009-61	724200	Prefeitura Municipal de Rio Preto da Eva	Encontra-se na Divisão de Administração para envio do Relatório Final ao Gabinete para aprovação ao não dos seus termos.
54270.000006/2009-72	704402	Prefeitura Municipal de Benjamim Constant	Encontra-se no Setor de Contabilidade para análise financeira.

PROCESSO	SIAFI	CONVENTE	SITUAÇÃO ATUAL
54270.006986/2007-55	598071	ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas	Encontra-se no Setor de Contabilidade para análise financeira.
54270.005238/2008-36	640437	ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas	Encontra-se na Divisão Fundiária para análise técnica.
54270.005237/2008-91	643620	ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas	Encontra-se no Setor de Contabilidade para análise financeira.
54270.001260/2004-83	513507	UEA – Universidade Estadual do Amazonas	Encontra-se no Gabinete para abertura da TCE. Cujo processo de Convênio foi avocado pelo Gabinete para reanálise do Relatório Final da prestação de contas.
54270.004570/2007-01	596446	UEA – Universidade Estadual do Amazonas	Encontra-se no Gabinete para abertura da TCE. Cujo processo de Convênio foi avocado pelo Gabinete para reanálise do Relatório Final da prestação de contas.

3.3- Desempenho operacional

3.3.1- Ordenamento da estrutura fundiária

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual ligadas ao Ordenamento da Estrutura Fundiária de responsabilidade da superintendência

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado	2.182	2.185	20.000,00	40.000,00	22.532,21	22.532,21	22.532,21	0,00
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Área Fiscalizada	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado	0	0	4.078,00	53.735,50	43.421,71	43.421,71	43.421,71	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnósticada	1.500.000,00	1.787.970,45	80.000,00	80.000,00	69.663,67	69.663,67	69.663,67	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	RTID Publicado	0	0	48.709,00	42.348,07	42.348,07	42.348,07	42.348,07	0,00

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Imóvel Gerenciado	0	0	923,03	0,00	923,03	0,00
210U	Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado	0	0	674,00	0,00	674,00	0,00

Análise

Para a ação **2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural**, foram programados no Planejamento de 2016 (Caderno de Metas – 1ª Versão) a meta física de 2.182 imóveis gerenciados e orçamentária de R\$ 20.000,00. Os recursos foram descentralizados com o objetivo de executar ações relativas programadas no Caderno de Metas (Planejamento/2016), como expandir a Rede Nacional de Cadastro Rural; renovar termos de cooperação técnica para a manutenção da Rede Nacional de Cadastro Rural; capacitar servidores de Unidades Municipais de Cadastro (UMC). No entanto, os recursos foram descentralizados somente nos últimos meses do ano, mas felizmente foi possível a consecução das metas, sendo alcançados 2.185 imóveis gerenciados, 1 UMC implantada e 3 servidores municipais capacitados.

As atividades dessa ação, que não dependem da disponibilidade de recursos orçamentários/financeiros: atualizar cadastros de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR); e emitir Certificados de Imóveis Rurais (CCIR), que dependem apenas da execução de atividades de escritório, tiveram uma excelente execução das metas programadas. Sendo 2.185 execução de cadastros de imóveis rurais atualizados no SNCR, e 12.000 de execução de CCIR's emitidos.

Para **Ação 210U – Gestão de Terras Públicas**, com meta orçamentária de R\$ 80.000,00, ocorreu a descentralização total dos recursos planejados para a execução das atividades.

A meta prevista para a ação foi de 1.500.000,000 hectares de área diagnosticada, que consiste na vistoria de áreas propostas para a Arrecadação.

Executou-se a ação, encaminhando equipe a campo, que procedeu o diagnóstico da área de 1.787.970,4500 hectares, para Arrecadação da Gleba Padauari, localizada no município de Barcelos.

Na Ação **210Z - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas**, os recursos descentralizados foram utilizados na execução de atividades preparatórias para o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), conforme descrito no item 3.1.5 deste relatório.

ii. Demonstração do grau de conhecimento da malha fundiária na jurisdição da superintendência em base cartográfica

Rendimento na análise de processos de certificação de imóveis rurais durante o exercício de 2016		
Processos protocolados		
Estoque inicial de processos protocolados até 2016		0
Processos protocolados em 2016	+	1.013
Processos analisados em 2016	-	1.003
Estoque final de processos protocolados em 2016	=	10
Processos analisados		
Estoque inicial de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)		0
Processos analisados em 2016	+	1.013
Processos arquivados em 2016 (a)	-	745
Processos certificados em 2016 (b)	-	258
Estoque final de processos analisados até 2016 aguardando conclusão (certificação ou arquivamento)	=	10
Processos concluídos		
Processos arquivados em 2016 (a)	+	745
Processos certificados em 2016 (b)	+	258
Total de processos concluídos (a + b)		1.003

Análise

A malha fundiária da base cartográfica da jurisdição da Superintendência do Estado do Amazonas (SR-15)/AM, está atualizada no software “Q-Giz”, contendo os seguintes atributos: áreas arrecadadas, discriminadas e matriculadas em nome da União Federal; áreas arrecadadas pelo Governo do Estado do Amazonas; áreas de glebas federais através de arrecadação sumária; áreas de doação relativas à área urbana de municípios; identificação de comunidades existentes no âmbito do Estado do Amazonas; áreas de posses; áreas ambientais (ICMBio); áreas afetadas ao Exército; áreas certificadas conforme a Lei 10.267/2001; área de reconhecimento, identificação, delimitação preliminar de um território quilombola no município de Barreirinha/AM, com área de 27.816,13 ha; áreas desapropriadas para fins de Reforma Agrária, e posterior criação de projetos de assentamentos para beneficiar famílias ribeirinhas que vivem e tiram seu sustento da floresta; perímetro de 142 assentamentos criados na SR(15)AM, totalizando uma área de 27.366.008,2583 ha; incluindo-se 33 de áreas reconhecidas pelo INCRA em Unidades de Conservação: RDS, RESEX, FLONA e Florestas Estaduais, com área igual a 19.294.700,2910 ha. Os projetos de assentamentos, modelo tradicional, com a inclusão do shape-file de 21.180 (vinte e um mil, cento e oitenta) parcelas e seus respectivos atributos, como nome, número do Título Definitivo, data da expedição, área, número do processo, etc... Áreas de títulos definitivos expedidos pelo Governo do Estado do Amazonas em décadas anteriores à criação do INCRA (1970), bem como os títulos definitivos expedidos pelo INCRA anterior à Lei 11.952/2009 (Programa Terra Legal) e títulos definitivos em áreas de projetos de assentamentos; áreas doadas e em processo de doação de áreas urbanas para as prefeituras de municípios do Amazonas; áreas ambientais: FUNAI, FLONA, RESEX, PARQUE NACIONAL, RDS, FLORESTA ESTADUAL, etc.

Contam também na base cartográfica as Faixas de Fronteiras (66, 100 e 150) km para identificação das áreas de domínio da União Federal e áreas do Governo do Estado do Amazonas, no qual tem como gestor fundiário, o Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM); áreas de posse para

comprovação de domínio, encaminhado através de ofícios, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas objetivando o licenciamento destas áreas. Finalizando, informamos da existência de aproximadamente 2.500 (dois mil e quinhentos) pontos de coordenadas com identificação do Crédito Habitação, face o recebimento por técnicos do INCRA, de habitações rurais construídas por empresas, nos projetos de assentamentos, em diversos municípios do Amazonas, aos beneficiários da Reforma Agrária, trazendo mais qualidade de vida aos nossos ribeirinhos. Dos 73 projetos de assentamentos georreferenciados conforme Lei 10.267/2001; foram realizados os registros em cartório, do desmembramento da gleba, em 9 (nove) projetos de assentamentos, face a ausência de recursos.

Quanto aos processos de Certificação de Imóveis Rurais através do SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), a velocidade da internet em nossa SR(15)/AM é incompatível com o sistema. Mesmo com esses problemas de internet, em 2016 foram concluídas as análises de 1.003 processos de certificação, desses 258 tiveram a certificação aprovada com uma área de 2.498.887,7197 hectares.

iii. Demonstração dos resultados das atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela superintendência.

Durante o exercício do ano de 2016 foram programadas várias atividades relativas a ação PO 04 - Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas e realizadas apenas algumas em função de restrição orçamentária, as quais estão descritas no item 3.1.5 deste relatório.

iv. Principais atividades de controle do Gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

Os sistemas que dão suporte aos trabalhos desenvolvidos pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária são os seguintes:

- Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (Sistema próprio administrado pelo INCRA/Sede/Brasília);
- Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF (Sistema próprio administrado pelo INCRA/Sede/Brasília);
- Sistema de Processos Administrativos – SISPROT (Sistema próprio administrado pelo INCRA/Sede/Brasília);
- Sistema de Tramitação de Documentos – SISDOC (Sistema próprio administrado pelo INCRA/Sede/Brasília);
- Banco de Dados da Cartografia (Programa Geomedia).

O SNCR possui um gestor na Superintendência, que executa o credenciamento de senhas de cada usuário, atribuindo o perfil de acordo com a função do servidor.

A operacionalização (entrada de dados, consultas) nos sistemas SNCR, SISPROT e SISDOC, ocorre de maneira manual, através da inclusão de formulários de cadastro de imóveis rurais (sistema SNCR), ou pela tramitação de processos administrativos individuais para as áreas envolvidas com as atividades. As principais atividades de controle que visam assegurar fidedignidade das informações referentes à atuação da Superintendência Regional no Estado do Amazonas no ordenamento da estrutura fundiária, bem como para garantir o alinhamento da estrutura operacional, com as estratégias definidas pelo INCRA/Sede e a regularidade normativa dos processos são conferências e revisões das informações repassadas a Assessoria de Planejamento e Controle que as insere no Módulo de Monitoramento e Avaliação do Sistema de Informações Rurais - SIR.

v. Demontração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela UJ no Ordenamento da Estrutura Fundiária, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:



As informações quanto às análises do **Índice de cadastramento de imóveis rurais** e **índice de análise de processos de certificação de imóveis** estão no item 3.3.1 deste relatório.

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vi. Demonstração da atuação da superintendência na regularização de imóveis rurais não incluídos no Programa Terra Legal

Análise

A Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA (Programa Terra Legal), não forneceu as informações.

vii. Demonstração da atuação da Superintendência na regularização de imóveis rurais do Programa Terra Legal

Análise

A Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA (Programa Terra Legal), não forneceu as informações.

3.3.2- Obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidadada	Valores pagos	Restos a pegar
211A	0002 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Nº de assentamento atendido/monitorado	17	17	749.407,00	802.752,00	792.404,60	67.794,60	67.794,60	724.610,00
211A	0005 – Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Nº de licença protocolada	01	01	200.000,00	200.000,00	180.921,69	180.921,69	180.921,69	-
211B	0006 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Nº família assentada	200	12	100.000,00	103.788,00	102.070,29	94.579,41	94.579,41	7.490,88
211B	0007 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Nº ha vistoriado	12.000,00	25.223,91	100.000,00	82.926,75	77.586,83	76.156,83	76.156,83	1.430,00

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
211A	0002 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Nº de assentamento atendido/monitulado	17	17	1.087.139,99	37.885,60	438.000,00	611.254,39
211A	0005 – Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária	Nº de licença protocolada	01		9.000,00	9.000,00	0,00	0,00
211B	0006 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Nº família assentada	200	12	44.345,81	11.354,59	32.991,22	0,00
211B	0007 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Nº ha vistoriado	12.000,00	25.223,91	25.521,13	12.951,34	12.569,79	0,00

Análise

A maior parte dos recursos utilizados no Plano Orçamentário PO - 0002 - Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária foram aplicados no convenio com a NPC FAUNA e com a fiscalização deste convenio que abrange atividades em 17 Assentamentos do INCRA. Neste Ação também se encontra a maior parte dos Restos a Pagar encontrados sob gestão da SR(15)T devido aos recursos do convenio que apesar de terem sido disponibilizados no final do exercício de 2016 o recurso financeiro não foi repassado a convenente.

No Plano Orçamentário PO-0005 – Regularização Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária houve muita disponibilidade de recursos quando se compara aos exercícios anteriores e também a disponibilidade destes recursos já estavam descentralizados desde o 1º trimestre do exercício, fato que ajuda no planejamento das atividades e execução destas. Os recursos desta ação foram utilizados para realização de Cadastro Ambiental Rural –CAR nos assentamentos do INCRA considerados prioritários para Superintendência no ano de 2016. Quanto aos Restos a Pagar nesse plano orçamentário o volume de recursos é baixo, pois a totalidade dos gastos são feitos de despesas correntes.

No Plano Orçamentário PO - 0006 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias do Programa Nacional de Reforma Agrária houve interrupção das atividades, pois depois da publicação do Acórdão TCU 775/2016 não foi possível realizar atividades de cadastro e seleção e os gastos desta Ação se refere aos desembolsos feitos antes do referido acórdão e com atividade de treinamento das equipes que trabalham com desbloqueio de beneficiários.

No Plano Orçamentário PO- 0007 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais os recursos foram utilizados tanto na vistoria de imóveis rurais como também na elaboração de Planilhas de Preços Referenciais dos Mercados de Terras do Estado do Amazonas. Foi realizado apenas vistoria de 1 de imóvel no exercício e por se tratar de uma região de difícil acesso, os gastos com diárias, passagens e combustível foram bastante altos. Quanto aos Restos a Pagar nesse plano orçamentário o volume de recursos é baixo, pois a totalidade dos gastos são feitos de despesas correntes.

ii. Demonstraçao da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

A estratégia utilizada leva em consideração as demandas solicitadas pelas associações representativas dos pequenos agricultores que encaminham a proposta de regularização fundiária através de projeto de assentamento e também de áreas demandadas pela Ouvidoria Agrária Nacional-OAN.

Na ação 211B-0007, referente à Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais foi realizada vistoria para Levantamento de Dados e Informações em apenas 1 (hum) imóvel, totalizando 25.223,91ha, objetivando subsidiar a criação de Projetos de Assentamentos e resolução de conflitos Nessa área. A área vistoriada neste exercício são terras públicas que foram arrecadadas e matriculadas em décadas anteriores e em áreas a serem arrecadadas e que foram solicitadas pelas comunidades que atualmente habitam essas áreas. No entanto há demanda para que se vistorem terras Privadas para criação de projetos de Assentamentos para o exercício de 2017.

iii. Demonstraçao da atuação da SR na gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente desmatadas

Não houve desapropriação de imóvel rural no presente exercício.

iv. Estratégia para regularização ambiental dos projetos de assentamento e resultados no exercício, no âmbito da superintendência regional

No âmbito desta Superintendência, houve diversas atividades de realização de CAR (Cadastro Ambiental Rural) diretamente nos assentamentos e realizado apenas pelo INCRA de forma isolada com recursos próprios e com os servidores do serviço de meio ambiente da SR.nos A para realização de -CAR em diversos municípios e assentamentos durante o exercício de 2015, onde foi possível realizar 11 mutirões de regularização fundiária e ambiental junto com outras instituições e realizar o CAR em 14 projetos de assentamentos da modalidade PA's e elaborar o CAR de 817 lotes e também foram inseridos 50 perímetro de projetos de assentamentos coletivos no SICAR.

v.Estratégia do Programa de Prevenção, Combate e Alternativas ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia

O INCRA/SR(15)/AM celebrou o Convênio nº 793.643/2013 com o NPC Fauna – Núcleo de Pesquisa e Conservação de Fauna e Flora Silvestre com duração de 3 anos (dez-2013 a dez-2016) objetivando promover o uso sustentável e conservação da fauna silvestre em projetos de assentamento no estado.

O projeto de Manejo de Fauna é pioneiro nas áreas de reforma agrária no Amazonas e constitui uma ferramenta de valoração de ativos ambientais e de atividades produtivas contemplados no Programa Assentamentos Verdes - PAV do INCRA. Serão destinados R\$ 3.711.887,50 (Três milhões, setecentos e onze mil, oitocentos e oitenta e sete reais e cinqüenta centavos) para a entidade atender 17 projetos de assentamento (12 Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAE's e 5 Projetos de Assentamentos – PA's) beneficiando indiretamente mais de 3.000 famílias em 05 municípios/AM: 1 - Manacapuru (PA Aquidaban, PAEsCabaliana I, II e Piranha); 2 - Nova Olinda do Norte (PA Paquequer e PAE Abacaxis II); 3 – Borba (PA'sPuxurizal, Piaba e PAE'sMaripiti, Abacaxis, Anumaã e Trocanã); 4 – Itacoatiara (PAE Curupira) e 5 – Autazes (PA Sampaio, PAE's Canaã, Acará e Novo Jardim).

Além desta atividade o INCRA realizou no exercício de 2016 implementou em assentamentos, a discussão e elaboração do Plano de Utilização em 4 assentamentos (PDS Primavera, PDS Samauma, PAE Piranha e PAE Novo Oriente).

vi. Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados

Cronograma de levantamento das informações sobre os imóveis desapropriados no exercício de 2016 e anteriores para fins de registro
Deliberação acórdão 557/2004 – TCU-Plenário – item 9.2.6

9.2.6. adote, para fins de aplicação do Princípio da Oportunidade, previsto no art. 6º da Resolução CFC nº 750, de 29/12/1993, e dos arts. 83, 87, 94 e 107 da Lei nº 4.320/64, as medidas cabíveis para a inclusão dos imóveis desapropriados em seu Balanço Patrimonial, considerando que:

9.2.6.1 os imóveis desapropriados que ainda lhe pertencem devem ser registrados em contas específicas do ativo real, que discriminem a natureza desses imóveis (gleba, galpão, etc.);

9.2.6.2. os imóveis já transferidos aos assentados, que podem reverter ao seu domínio, em decorrência de cláusulas contratuais de reversão, devem ser registrados em contas específicas do ativo compensado, com indicação dos beneficiários;

9.2.6.3. os investimentos e inversões financeiras nos imóveis destinados à reforma agrária devem ser registrados nas contas dos respectivos imóveis;

Ação a ser implementada	Total de imóveis	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Levantamento da documentação e Formalização dos Processos	105	31/12/2018	SR-D,SR-T,SR-F,SR-J
Lançamento SPIUNet	105	31/12/2018	SR-A

Andamento do Cadastro dos Imóveis SPIUNet				
Ação a ser implementada	Total de imóveis	2015	2016	
Levantamento da documentação e Formalização dos Processos	105	0	90	
Lançamento SPIUNet	105	0	90	

Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da Superintendência				
Conforme Decreto 433/1992				
Conta contábil	Descrição		Valor (R\$) Saldo em 31/12/2015	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2016
1.2.3.2.1.04.21	Imóveis a Registrar Destinados a Reforma Agrária		11.960.791,28	11.960.791,28
1.2.3.2.1.04.24	Imóveis Registrados Destinados a Reforma Agrária		16.899.733,41	0,00

Demonstração da situação do registro dos imóveis no Siafi por intermédio do Spiunet			
Conforme Acordão TCU 578/2010, Portaria STN/SPU/ Nº 703/14 e Portaria Incra/P/Nº 234/15			
Conta contábil	Descrição	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2015	Valor (R\$) Saldo em 31/12/2016
1.2.3.2.1.01.03	Terrenos/Glebas		10.037.964.792,64
1.2.3.2.1.01.09	Fazendas, Parques E Reservas	1.600	3.097.150,19
1.2.3.2.1.01.26	Autarquias/Fundações		5.029.461,00
1.2.3.2.1.01.98	Outros Bens Imóveis Registrados SPIUnet		577.193.008,86

Em 2014, um plano de ação foi elaborado pelo INCRA/SEDE, visando atender o Acórdão/TCU/nº. 557/2004, ou seja, efetuar o registro dos imóveis obtidos para a reforma agrária no Balanço Patrimonial da Autarquia registrando-os em contas específicas no SIAFI, priorizando os imóveis adquiridos na modalidade Compra e Venda (DECRETO/Nº 433/92) por já se encontrarem matriculados em cartórios em nome do INCRA.

Em dezembro de 2014 foi editada a Portaria Conjunta/SPU/STN/Nº 703 de 10 dezembro de 2014, que estabeleceu que os imóveis obtidos pelo INCRA destinados ao Programa de Reforma Agrária foram entendidos como de “USO ESPECIAL”, repassando para UNIÃO a gestão desses imóveis, sendo, portanto, obrigatório seus registros no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

Com a mudança do critério de classificação dos imóveis o INCRA/SEDE elaborou um projeto de capacitação de 54 (cinquenta e quatro) servidores das áreas de Patrimônio e Contabilidade das Superintendências Regionais.

A Superintendência Regional do Amazonas – SR(15) não foi contemplada em 2015 pela primeira turma de capacitação, que aconteceu em agosto de 2015, entretanto em março de 2016 ocorreu uma nova etapa na qual foi incluída. Estando os servidores agora capacitados é possível atingir os prazos estabelecidos no cronograma de ação.

Em 2016 foi emitida uma Ordem de Serviço INCRA/SR(15)AM/Nº 11 de 15/04/2016 onde foi designada a equipe que seria responsável pelas atividades que atenderiam ao cronograma com o intuito de cumprir a meta estabelecida.

Em 2016 foram cadastrados no SPIUNet, com reflexo no SIAFI, 90 imóveis sendo que dois desses imóveis já haviam sido cadastrados diretamente no SIAFI em 2014 e foram baixados da Conta Contábil 1.2.3.2.1.04.24 - Imóveis Registrados Destinados A Reforma Agrária e cadastrados no SPIUNet.

vii. Estratégia de atendimento do público-alvo da reforma agrária

Esta atividade iniciou o ano com atividades que cadastraram aproximadamente 250 famílias, mas que não foi possível inseri-las no SIPRA devido ao Acórdão TCU Nº 775/2016 que resultou na suspensão destas atividades. Por isso os recursos foram utilizados para treinamento das equipes que atuarão no desbloqueio das famílias que comprovarem que os indícios encontrados não são reais.

viii. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados do macroprocesso

Existem os gestores por módulos no SIPRA que são os responsáveis pela inclusão das informações nos respectivos módulos. As informações inseridas no Sistema estão de acordo com as informações do processo administrativo vinculado e são conferidas por vários setores até sua inserção no respectivo módulo do SIPRA.

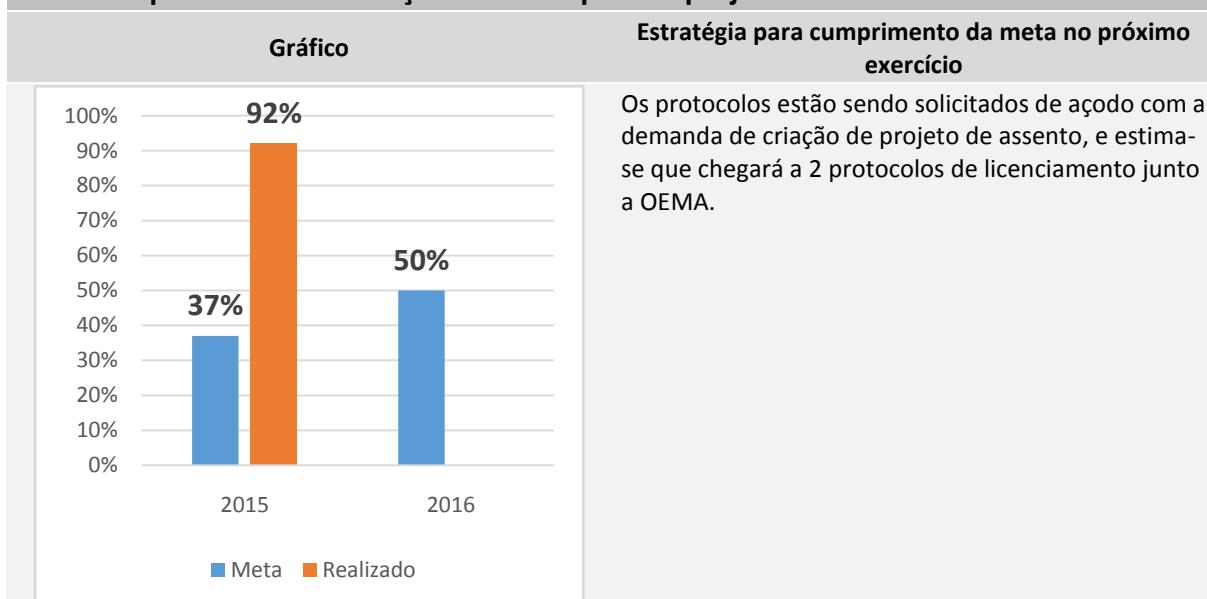
ix. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de obtenção de recursos fundiários e implantação de projetos de assentamento, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

A análise deve ser elaborada incluindo no mínimo os seguintes indicadores:

Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)



Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento



Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano</th> <th>Meta (%)</th> <th>Realizado (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2015</td> <td>37%</td> <td>92%</td> </tr> <tr> <td>2016</td> <td>50%</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>■ Meta ■ Realizado</p>	Ano	Meta (%)	Realizado (%)	2015	37%	92%	2016	50%		A estratégia será a realização de atendimento de equipe do INCRA diretamente com assentados dentro dos projetos de assentamentos, para inserir os lotes dos assentamentos que estão programados no âmbito do PAV – Projetos Assentamentos Verdes para o ano de 2017.
Ano	Meta (%)	Realizado (%)								
2015	37%	92%								
2016	50%									

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

x. Relatório consolidado da situação ambiental dos assentamentos instituídos no exercício

Este item deve ser preenchido apenas pelas Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

a) Índice de gastos com obtenção de terras (R\$/ha)

Não houve gastos com obtenção de terras no exercício de 2016.

b) Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Quanto ao baixo número de protocolos é explicado pois só estamos licenciando os projetos com vistas a obtenção da licença prévia para criação do assentamento, pois a OEMA não segue o estabelecido na Resolução CONAMA 458/2013 que regulamenta que apenas as atividades dependentes de licenciamento que ocorram no assentamento necessitariam de licenciamento ambiental.

c) Índice de Projetos de Assentamento com regularização ambiental requerida (CAR)

Neste item houve grande progresso, pois em conjunto com a UFLA o INCRA inseriu uma parte significativa dos projetos de assentamentos sob a jurisdição da SR(15) e outra parte dos lotes dos PA's foi inserida pelos servidores do setor de meio ambiente da SR(15).Foram inseridos pela UFLA um total de 54 projetos que finalizou a inserção de perímetros de projetos de assentamentos desta SR. Mas também houve a inserção de lotes de projetos tradicionais (PA's) que é inserido no SICAR com todas as feições do imóvel (reserva legal, APP, Área Consolidada, área de uso) que neste exercício totalizou 1846 lotes em 19 projetos de assentamentos no estado do Amazonas.

3.3.3- Desenvolvimento de projetos de assentamento

i. Resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso

Demonstração da execução física e financeira das ações da LOA relacionadas ao desenvolvimento de projetos de assentamento de responsabilidade da superintendência, incluindo as estratégias a serem adotadas para correção de eventuais distorções nos resultados em relação às metas traçadas.

Demonstração dos resultados da execução física e financeira das ações do macroprocesso										
Descrição		Execução física			Execução orçamentária			Execução financeira		
Ação	Plano orçamentário	Unidade (produto/unidade)	Meta	Execução física	Meta orçamentária	Provisão recebida	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Valores pagos	Restos a pegar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	455	1.757	27.960,00	26.285,57	22.275,57	22.275,57	22.275,57	0,00
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	-	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	1.744	41	4.245.600,00	-	-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	1.360	-	20.000,00	55.000,00	28.774,93	23.774,93	23.774,93	5.000,00
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	-	-	-	198.568,17	40.083,36	40.083,36	40.083,36	0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	1.830	1.040	53.954,00	87.887,30	83.562,72	83.562,72	83.562,72	0,00

211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	1.360	-	20.000,00	55.000,00	28.774,93	23.774,93	23.774,93	5.000,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/ Supervisionada (und)	1.039	1.755	204.705,00	360.705,23	203.723,72	201.012,65	201.012,65	2.711,07
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	-	-	-	-	-	-	-	-
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	500	1.398	48.980,00	158.980,00	89.1.65,69	65.550,69	65.550,69	23.615,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	-	-	-	6.759,40	5.161,66	5.161,66	5.161,66	0,00

Considerações:

210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária.	<i>Valores pagos referentes a despesas com suporte finalístico (diárias, passagens, locomoção) – as despesas com serviços de Assistência Técnica prestada pelas empresas foram pagas com recursos de RAP.</i>
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	<i>Não houve programação ou estabelecimento de metas.</i>
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	<i>As atividades preliminares (coleta e assinatura de contratos e inclusão do SNCCI) foram realizadas com recursos da “Supervisão de Crédito”</i>
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	<i>Valores pagos referentes a despesas com suporte finalístico - diárias, passagens, locomoção para serviços de acompanhamento e fiscalização em obras contratadas em 2013, e ainda em execução. As despesas com obras prestadas pelas empresas foram pagas com recursos de RAP.</i>
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização -	<i>Despesas referentes á complementação orçamentária ao contrato da obra de reforma na área externa</i>

	Terra Sol	<i>da sede do INCRA para a implementação da estrutura física da “Feira Permanente de Produtos da Reforma Agrária”</i>
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	<i>Despesas referentes à fiscalização de 20 créditos antigos, dos procedimentos preliminares (coleta e assinatura de contratos e inclusão do SNCCI) com vistas à concessão de 972 novos créditos; e levantamento de 48 demandas para contratos a serem assinados em 2017.</i>
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	<i>Valores pagos referentes a despesas com diárias, passagens e locomoção aos projetos de assentamentos.</i>
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	<i>Valores pagos referentes a despesas com diárias, passagens e locomoção aos projetos de assentamentos.</i>
210T	PO 01, 02 e 03 - Educação Do Campo	<i>Das 03 ações do PRONERA, constam recursos providos e despesas realizadas apenas na 210T PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA), relativos ao custeio de diárias e passagens de 02 (dois) servidores da Coordenação do programa que participaram de um realizado em Brasília.</i>

Execução de restos a pagar								
Ação	Plano orçamentário	Unidade (poduto/unidade)	Meta física	Execução física	RAP inscritos	RAP cancelados	RAP pagos	RAP a pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	1.757	1.757	7.293.780,45	5.161.083,97	1.890.249,43	242.447,05
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00
4470	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária – PTRES ANTERIOR	Atendimento com ATES (famílias)	-	-	1.499.931,95	1.499.931,95	0,00	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	-	-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	780	612	8.025.846,81	20.344,82	1.753.546,38	6.251.955,61
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	-	-	167.528,90	0,00	167.528,90	0,00
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	-	14.758,32	12.802,92	1.955,40	0,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/ Supervisionada (und)	-	-	51.601,46	42.885,01	8.716,45	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	-	-	674.264,52	127,52	674.137,00	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	-	-	5.689,77	5.689,77	0,00	0,00
210T	Educação de Jovens e	Trabalhador Rural	-	-	-	-	-	-

	Adultos no Campo (EJA)	Escolarizado (und)						
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	-	-	-	-	-	-
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	-	-	5.935,63	5.935,63	0,00	0,00

Considerações:

210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária.	<i>Ação continuada iniciada em 2014. Valores relativos ao pagamento dos contratos de prestação de serviços de assistência técnica prestados pelas empresas.</i>
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	<i>Recursos utilizados com pagamento de parcelas a empresas contratadas para execução de obras de recuperação de vicinais. Não houve conclusão das obras.</i>
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	<i>Despesa com pagamento de "reconhecimento de dívida de obras recebidas e não pagas de exercício anteriores.</i>
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	<i>Despesas referentes ao contrato inicial da obra de reforma na área externa da sede do INCRA para a implementação da estrutura física da "Feira Permanente de Produtos da Reforma Agrária"</i>

ii. Diagnóstico do déficit de infraestrutura em projetos de assentamento

Licitação - Das obras licitadas no final de 2013 que atenderiam 780 famílias nos municípios de Nova Olinda do Norte (PA Paquequer – 26,00 km), Canutama (PA São Francisco – 29,00Km) e Manacapuru (PA Caviana – 26,00 km), apenas os contratos para as obras do PA Paquequer e PA São Francisco continuam vigentes, uma vez que o PA Caviana foi rescindido em 2015, devido ao demasiado atraso para o início da execução dos serviços, tendo sido inclusive objeto de representação da Câmara Municipal de Manacapuru junto ao Tribunal de Contas da União – TCU, o qual após apreciação dos fatos proferiu o **Acórdão 2460/2016-TCU-Primeira Câmara**, em 19/04/2016, concluindo que os procedimentos adotados pelo INCRA/AM foram satisfatórios e determinou à Superintendência “que informe em suas próximas contas a situação da rescisão do contrato CRT/AM/1000/2014, em especial com relação ao encontro de contas a ser realizado com a empresa contratada”, ordenando também o arquivamento da representação.

Em 2016, as obras do PA Paquequer e PA São Francisco tiveram um atraso significativo em sua execução devido à falta de recursos financeiros para pagamento pelos serviços realizados, pois houve considerável redução do orçamento discricionário do INCRA Nacional, como comprova a determinação da então presidente do INCRA, através do Memo. Nº 08/2016-P de 07/03/2016, a qual suspendeu por tempo indeterminado todas as Ordens de Serviços referentes a Contratos e Convênios de infraestrutura nos assentamentos, determinação esta que foi posteriormente confirmada e esclarecida no Memo. Nº 10/2016-P/Circular de 22/04/2016 – para que Convênios, Termos de Compromisso e Contratos já iniciados continuassem a ser operacionalizados de acordo com o cronograma previsto, desde que houvesse disponibilidade financeira. Os recursos financeiros só foram disponibilizados a este INCRA/AM no final de 2016, quando então foram realizados os pagamentos das faturas que estavam pendentes desde 2015, e que estavam em restos a pagar.

ENERGIA - Programa Luz para Todos:

O INCRA como participante do Comitê Gestor Estadual, intermedeia junto ao Programa “Luz Para Todos”, as demandas de energia elétrica dos beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária, buscando alinhar um planejamento voltado a atender principalmente aqueles assentados que preenchem os requisitos de acesso ao Programa.

Informamos que algumas demandas de complementações de obras e aditivos referentes a 2016, inclusive de assentamentos jurisdicionados ao INCRA no Estado Amazonas, foram remanejadas para o primeiro semestre de 2017, em virtude do atraso na liberação de recursos orçamentários, e consequentemente, atraso na realização de processos licitatórios, impactando ainda na logística de recursos materiais e humano, em decorrência das variações da régua fluvial em vários municípios do Estado e impossibilitando o levantamento efetivo das demandas relacionadas ao INCRA.

ÁGUA – Programa Água para Todos:

O Programa Água para Todos no Amazonas não executou nenhum poço tubular previsto inicialmente para 2015 e depois reprogramado para 2016, devido a não disponibilização de recursos financeiros pelo Governo Federal. Destacamos que foram alocados pelo programa um total de 86 poços tubulares a serem construídos nos assentamentos, mas nenhum foi executado até a presente data.

iii. Demonstração das estratégias e resultados da Supervisão de Projetos de Assentamento

Ao longo do exercício de 2016, permaneceram suspensas as viagens para realização de supervisão ocupacional, exceto para cumprimento de demandas judiciais e solução de conflitos conforme

determinação constante do Memo.Circular/Nº 110/2014/DD, o qual foi revogado somente em 20 de dezembro de 2016 por meio do Mem. 462/2016/DD/Circular.

Com isso, a exemplo do ano anterior, trabalhou-se praticamente todo o período de 2016 sem metas estabelecidas, com recursos concentrados em Brasília e liberados de acordo com as demandas enquadradas na excepcionalidade da suspensão.

Somente no final de novembro 2016 foram aprovados os critérios para revisão de metas físicas e créditos orçamentários das superintendências regionais e da sede do Incra, ocasião em que ficou estabelecido como meta para a superintendência regional do Amazonas a execução de 1039 supervisões ocupacionais para o exercício.

Assim, finalizamos o ano de 2016 com 1.755 vistorias/supervisões em lotes ou ocupações em projetos de assentamento da reforma agrária.

Com essas ações realizou-se o levantamento de irregularidades ocupacionais, mais notadamente questões como reconcentração, comercialização, invasão de lotes e infrações ambientais, aplicando-se os procedimentos previstos em normativos para fins de retomada e recondução à sua função social, garantindo ao ocupante notificado o amplo direito de defesa.

iv. Demonstração das estratégias e resultados voltados para o desenvolvimento dos projetos de assentamento

A Divisão de Desenvolvimento – SR(15)D, tem sob sua jurisdição a coordenação, supervisão e execução de ações inseridas em 02 Programas relativos à reforma agrária, cujos objetivos e metas se destinam ao atendimento dos Assentamentos, quais sejam: **2012 - Agricultura Familiar e 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária.**

No Programa **2012** estão contempladas as seguintes Ações e Planos Orçamentários:

210S - Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária.

PO 01 – Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural, PO 02 –Brasil Sem Miséria,
PO 03 – Assistência Técnica e Extensão Rural paraa Reforma Agrária (Jurisdição / Superintendência), e
PO 04 -Território da Cidadania.

No Programa **2066**, estão contempladas as seguintes Ações e Planos Orçamentários:

211A – Desenvolvimento de Assentamentos Rurais

PO 0A - Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento,
0427 - Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas,
PO 01 - Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária,
PO 03 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol,
PO 04 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento
PO 08 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, E
PO 09 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

210T – Promoção da Educação no Campo

PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA),

PO 02 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, e

PO 03 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Além destes Programas e Ações, a Divisão tem ainda sob sua responsabilidade a execução conjunta com o então MDA (DFDA) e agora Secretaria Especial de Agricultura Familiar, do **Programa de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR**, que no exercício de 2016, diante dos processos de transição, bem como da demora nas formalizações de parcerias não realizou Mutirões de Cidadania. O INCRA participou de 03 ações de entidades não governamentais nos quais colaborou com a emissão de CPF.

Estas ações são voltadas ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento objetivando a promoção do seu desenvolvimento social, econômico e ambiental, relevando-se o viés da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos clientes da reforma agrária - agricultores e agricultoras que aí vivem e de onde tiram o seu sustento e de suas famílias, levando-os por consequência a permanecerem no campo.

As ações de Desenvolvimento são executadas de forma direta, por meio de licitações públicas, convênios e acordos de cooperação técnica celebrados com outras instituições governamentais das esferas federal, estadual e municipal, e ainda com instituições privadas sem fins lucrativos.

Em 2016, além da insuficiência de recursos financeiros, da extensão do estado do Amazonas e sua realidade, das grandes distâncias até os assentamentos (utilização de até três meios de transporte para se chegar a um mesmo destino/assentamento), que continuam como condicionantes principais do não atendimento satisfatório às demandas apresentadas pelos beneficiários da reforma agrária no AM, nos deparamos com as limitações oriundas do Acórdão TCU nº 775/2016, que atingiu mais de 50% desses beneficiários, impactando negativamente no cumprimento das metas previstas em todas as Ações de Desenvolvimento de Assentamentos.

No citado acórdão, após cruzamento entre o sistema do INCRA (SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária) com os de outros órgãos, foram detectadas 15 (quinze) situações, que se configuraram em desacordo com o que prevê a legislação pertinente à seleção e manutenção de clientes no PNRA, tais sejam: 1. Concessão a pessoas já contempladas no PNRA, 2. Idade inferior a 18 ou maior que 60 anos, 3. Proprietários com área maior que 1 módulo rural, 4. Servidores Públicos, 5. Empresários, 6. Estrangeiros, 7. Aposentados por invalidez, 8. Maus antecedentes, 9. Titulares de mandatos eletivos, 10. Falecidos, 11. Renda superior a 3 SM e superior a 20 SM – alta renda, 12. Portador de deficiência física ou mental, 13. Local do lote recebido diferente do local da residência e local do lote fora do Estado de residência, 14. Sinais exteriores de riqueza (veículos de alto valor - maior de R\$ 70.000,00). Foram detectados ainda, indivíduos que receberam assistência técnica em locais diferentes de seus assentamentos e outros, cujos nomes não constam em relação de beneficiários – RB.

Estas constatações ensejaram no bloqueio dos beneficiários da reforma agrária no SIPRA e determinação do TCU de que o INCRA suspenda:

- i. processos de seleção de novos beneficiários para a reforma agrária;
- ii. processos de assentamento de novos beneficiários já selecionados;
- iii. processos de novos pagamentos de créditos da reforma agrária para os beneficiários com indícios de irregularidade apontados;
- iv. remissão dos créditos da reforma agrária a que se refere o art. 3º da Lei 13.001/2014 para os beneficiários com indícios de irregularidade apontados;

v. acesso a outros benefícios e políticas públicas concedidos em função do beneficiário fazer parte do PNRA como o Garantia Safra, o Minha Casa Minha Vida – Habitação Rural, o Programa de Aquisição de Alimentos, Bolsa Verde, Pronera e Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outros, para os casos com indícios de irregularidade apontados.

Da mesma forma, continuamos com os fatores normativos limitantes, nas ações de **supervisão ocupacional e emissão de Títulos Definitivos, que ainda estão suspensas até novas diretrizes** do INCRA, conforme MEMO.CIRC./Nº 110/2014/DD e MEMO.CIRC./Nº 67/2014/DD-MP Nº 636/2013 respectivamente. Estes dispositivos foram revogados apenas em dezembro de 2016.

Estes condicionantes ou entraves são contornados com estratégias alternativas iniciadas em exercícios anteriores, tais como: o Termo de Cooperação com o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas – IDAM, órgão do Governo do Estado, para, na medida em que reconhecemos as vistorias realizadas e informações disponibilizadas por seus técnicos, seja agilizada a emissão de DAP aos assentados e o participativo e interativo com a colaboração de todos os servidores da Divisão, sistematizando e aglutinando ações e recursos humanos, objetivando o cumprimento satisfatório das metas traçadas em cada exercício.

A seguir faremos um breve relato das ações programadas e executadas em 2015, das ações acima citadas.

Crédito Instalação

Na ação 211A, PO01, recursos referentes à Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito às Famílias Assentadas da Reforma Agrária, cuja meta prevista era de 1.830 famílias, foram realizados 1.040 atendimentos e despesas como a seguir discriminados:

- a. Supervisão e fiscalização em **20 Créditos Instalação**, modalidade Recuperação em 01 projeto de assentamento, (ainda sob a égide da NE Nº 079, de 26 de dezembro de 2008 e Portaria Nº 352/2013) foram efetivamente construídas e recebidas pelos beneficiários, **20 casas**, localizadas no PAE Santo Antônio do Mourão, localizado no município de Eirunepé/AM.
- b. Atividades preliminares para aplicação de **972 novos créditos** em 22 assentamentos (modalidade Apoio Inicial I e Fomento Mulher) conforme Decreto Nº 8.256, de 26 de maio de 2014. Esta etapa, no que tange às competências das Superintendências Regionais, consiste no levantamento de demandas, realização de reuniões, coleta de assinaturas nos Contratos de Crédito pelos beneficiários, encaminhamento das demandas para o INCRA/SEDE e inclusão destes no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação – SNCCI. Salientando-se que do total de contratos de créditos assinados em 2016, **895 famílias** foram atendidas com a confirmação dos **valores em cartão de crédito** em, **03 de fevereiro de 2017** (quadro4 e 5).
- c. Reuniões preliminares à concessão do crédito instalação para **48 famílias**, com vistas à assinatura dos contratos de créditos em 2017.

Há que se esclarecer que os 41 Créditos efetivados em 2016, conforme consta nos instrumentos de controle publicados na wiki.incra (leitura do Caderno de Metas – orçamentário/financeiro e Crédito/2016_Consolidado), ocorreram nos meses de janeiro, fevereiro e março, concluindo-se pois, tratar-se de Contratos de Créditos assinados em 2015.

Considerando-se que a meta física prevista para 2016 na Ação “Concessão de Credito Instalação as famílias assentadas” para a Superintendência Regional do Amazonas, era de 1.744 (1.644 Créditos Instalação na Modalidade Apoio Inicial I e 100 na Modalidade Fomento Mulher) e a meta executada,

há por bem se esclarecer: Em abril, vários assentados, com perfil para o recebimento de créditos foram bloqueados no SIPRA, em decorrência do Acórdão nº 775/16 do TCU; ocorreu também o fim da vigência do contrato CRT nº 36.400/14, do Banco do Brasil S/A com INCRA/Sede (o contrato rege os procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, aplicação, acompanhamento, monitoramento e prestação de contas do Crédito de Instalação, instituído pelo Decreto 8.256/2014); e, por fim, os recursos orçamentários/financeiros destinados a esta ação, para o deslocamento dos servidores aos projetos de assentamento (diárias, passagens, etc.), só foram descentralizados a partir do mês de agosto (quadro 4 e 5).

Comissão de Crédito do AM realizou ainda:

O Saneamento simplificado em **7.197**, processos individuais de assentados que foram analisados em conformidade com a Lei 13.001/2014, sendo **5.270** referentes à concessão de Crédito Instalação, modalidade **Apoio Inicial**, **1.732** referentes ao Crédito Instalação, modalidade **Aquisição de Material de Construção**, e **195** modalidade **Recuperação**. Esta atividade visa a identificação dos beneficiários do Crédito Instalação **remitidos** e os que poderão requerer **renegociação ou liquidação de dívida**. Os 5.270 processos individuais relativos ao Crédito **Apoio Inicial**, e que resultaram na condição de remitidos, foram encaminhados ao setor de contabilidade para as devidas baixas contábeis no sistema SIAFI. Os processos individuais relativos ao **crédito instalação** (material de construção) estão sobrestados na Comissão de Crédito aguardando normativos do INCRA/sede referentes às orientações para o saneamento (cobrança) das dívidas (quadros 1 a 3).

Esta atividade de saneamento contemplou os projetos de assentamentos criados em 1991, 1992, 1998 e 2006, e os acertos são inseridos no Sistema Nacional de Cobrança de Créditos de Instalação – SNCCI.

Quadro1 - Processos Saneados – Crédito Instalação Apoio Inicial

CÓD-SIPRA	PA	MUNICÍPIO	PROCESSO/CONCESSÃO	FAMÍLIAS
AM0098000	PAE BELA VISTA II	MANAQUIRI	54270.002592/2007-28	233
AM0098000	PAE BELA VISTA II	MANAQUIRI	54270.006938/2009-29	469
AM0098000	PAE BELA VISTA II	MANAQUIRI	54270.002419/2007-20	326
AM0098000	PAE BELA VISTA II	MANAQUIRI	54270.002993/2008-69	152
AM0027000	PA AGUA BRANCA	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	09
AM0017000	PA IPORA	RIO PRETO DA EVA	DIVERSOS PROCESSOS	1.033
AM0023000	PA TARUMA-MIRIM	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	1.103
AM0035000	PA NAZRE	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	63
AM0026000	PA SANTO ANTONIO	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	60
AM0083000	PAE PURUS	BERURI	54270.000054/2007-07	911
AM0081000	PAE CABALIANA I	MANACAPURU	54270.003418/2006-11	911
				5.270

Quadro2 - Processos Saneados – Crédito Instalação Aquisição Material de Construção

CÓD-SIPRA	PA	MUNICÍPIO	PROCESSO/CONCESSÃO	FAMÍLIAS
AM0113000	PAE BELA VISTA	MANAQUIRI	54270.000734/2015-22	158
AM0035000	PA NAZARE	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	51
AM0023000	PA TARUMA MIRIM	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	904
AM0270000	PA AGUA BRANCA	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	21
AM0017000	PA IPORA	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	516
AM0113000	PAE BELA VISTA	MANAQUIRI	54270.000735/2015-77	40
AM0026000	PA SANTO ANOTIO	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	42
				1.732

Quadro3 - Processos Saneados – Crédito Instalação - Recuperação

CÓD-SIPRA	PA	MUNICÍPIO	PROCESSO/CONCESSÃO	FAMÍLIAS
AM0023000	PA TARUMA MIRIM	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	71
AM0027000	PA AGUA BRANCA	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	11
AM0017000	PA IPORA	MANAUS	DIVERSOS PROCESSOS	113
				195

Quadro4 - Crédito Instalação “Apoio Inicial I” – Decreto 8.256, de 26.05.2014

Assinatura Contrato 2016	Projeto de Assentamento	Município
104	PAE PURUS	BERURI
133	RESEX MEDIO PURUS	LABREA
03	PAE REALIDADE	HUMAITA
06	PAE MARIA AUXILADORA	HUMAITA
32	PAE BOTOS	HUMAITA
10	PAE BELA VISTAS II	MANAQUIRI
133	RDS RIO MADEIRA	MANICORE
04	CABALIANA I	MANACAPURU
19	RDS UACARI	CARAUARI
19	RESEX MEDIO JURUA	CARAUARI
50	PAE ONÇAS	MANICORE
27	PAE ARAMAÇA	BENJAMIM CONSTAN
41	RESEX ITUXI	LABREA
71	PAE CABALIANA II	MANACAPURU
10	PAE PIRANHA	MANACAPURU
185	PAE CURUPIRA	NOVA OLINDA DO NORTE
179	RDS AMANA	TEFE
04	MAMIRAUÁ	TEFE
04	ABACAXIS	BORBA
05	CAMUNA	NOVA OLINDA DO NORTE
31	ABACAXIS II	BORBA
971	22 Assentamentos	11. Municípios

Quadro5 - Crédito Instalação “ Fomento Mulher” – Decreto 8.256, de 26.05.2014

Assinatura Contrato 2015	Projeto de Assentamento	Município
01	PA MATUPI	MANICORE
01		

Agroindustrialização

No primeiro semestre de 2016 não houve aporte de recursos para o Programa “Terra Sol”, porque a ação sofreu três cortes orçamentários.

A única ação executada através do Programa em 2016 foi a obra de reforma na área externa da sede do INCRA para a implementação da estrutura física da “**Feira Permanente de Produtos da Reforma Agrária**”, executada com recursos do orçamento do ano anterior, inscritos em restos a pagar. O contrato desta obra foi prorrogado e sofreu alteração de valores para a realização de obras não previstas no projeto original, e cuja necessidade foi identificada apenas durante a execução dos serviços.

Foram feitas várias gestões para o aporte de recursos para complementação orçamentária do contrato da obra e aquisição de equipamentos, resultando na descentralização de um total de R\$ 198.568,17 (cento e noventa e oito mil quinhentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos) dos quais R\$ 40.083,36 (quarenta mil e oito e três reais e trinta e seis centavos) foram utilizados para o pagamento dos serviços da obra. O restante, que seriam destinados à aquisição de equipamentos (banca, freezer, balança, etc.) que, por fim, acabou não se concretizando, foram restituídos à sede.

Assistência Técnica Especialista para agroindustrialização

Como já mencionado anteriormente, o Programa sofreu vários contingenciamentos no ano de 2016. Por essa razão, não houve contratação de serviços especializados para agroindustrialização, nem a implementação ou manutenção de agroindústrias nos projetos de assentamento.

Entretanto, como forma de atender essa demanda, foram incluídos nos contratos de ATES ações de apoio à agroindustrialização, tais como: cursos de capacitação em cultivos agroindustriais; orientação sobre produção, qualificação e comercialização de produtos; assessoria a organização das associações, grupos coletivos, cooperativas ou afins (com ações específicas para jovens e mulheres), tendo como um dos objetivos a facilitação de acesso ao programa Terra Sol e incentivo a créditos.

Educação no campo

A Educação no Campo, no âmbito da Reforma Agrária é promovida pelo INCRA por meio do PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em parceria com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais.

Para 2016 não houve programação para estas ações, estando as mesmas se constituindo de previsão de metas no Plano de Metas para 2017, visando contemplar 150 alunos agricultores. Ressaltando-se que estas ações dependem muito da participação dos parceiros, uma vez que se efetivam com a apresentação e aprovação de projetos educacionais por vias de convênio e acordos de cooperação técnica, obedecendo, quando couber, às Chamadas Públicas.

Das 03 ações do PRONERA – a seguir descritas - constam recursos providos e despesas realizadas apenas na ação 210T PO 01 - Educação de Jovens e Adultos no Campo - EJA. Estes recursos são relativos ao custeio de diárias e passagens de 02 (dois) servidores da Coordenação do programa que participaram de um “Encontro do PRONERA realizado em Brasília.

O programa apoia projetos educacionais em todos os níveis de ensino por meio de 03 Ações incluídas no Programa 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária (210T-PO 01, 210T-PO 02 e 210T-PO 03):

EJA - Educação de Jovens e Adultos no Campo, onde jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio);

Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária com cursos de formação inicial e continuada de professores que não possuem formação, sendo nível médio, na modalidade normal, ou em nível superior, por meio das licenciaturas; de formação de nível médio, concomitante/integrada ou não com ensino profissional; e, de formação profissional de nível superior e pós-graduação, especialização em Residência Agrária e Educação do Campo, de âmbito nacional, estadual e regional em diferentes áreas do conhecimento, voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo.

Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social – visando propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola e comunidade.

Por fim, há que se informar que em dezembro de 2016 a Universidade Federal do Amazonas – UFAM apresentou um projeto visando a formação de 150 professores/agricultores, com início previsto para 2017 e continuidade até 2020, e ainda, que também não houve lançamento de Chamada Pública para estas atividades.

v. Principais atividades de controle do gestor para assegurar a fidedignidade dos registros informatizados das informações referentes à atividade de desenvolvimento de projetos de assentamento no âmbito da SR, bem como para garantia do alinhamento da estrutura operacional da superintendência com as estratégias definidas pela direção e a regularidade normativa dos processos (atividades de conferência, revisão, auditorias internas, segregação de funções e autorizações etc.)

As atividades/ações da Divisão de Desenvolvimento têm no SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária, sua principal fonte de controle e consulta. Neste sistema constam informações sobre créditos, infraestrutura, DAP emitidas, relação de beneficiários e suas situações (assentado, evadido, desistente) entre outras.

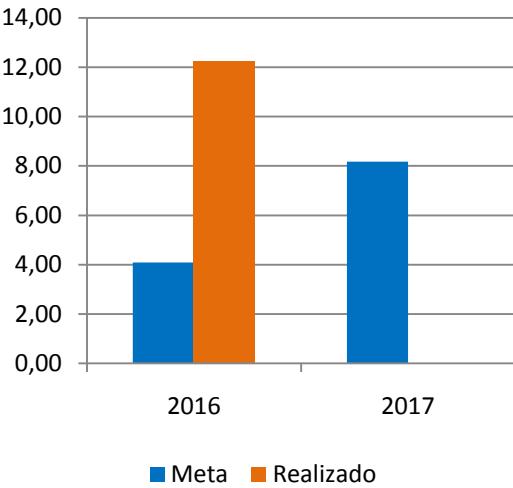
Utilizamos ainda os sistemas de controle de tramitação de processos (SISPROT - Sistema de Comunicação de Protocolo); do controle de tramitação de documentos (SISDOC – Sistema de Documentação) e do SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural, este mais para consultas.

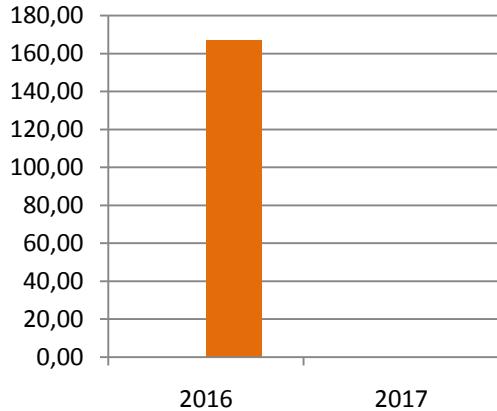
Desde 2014, operacionalizamos (mais precisamente a Comissão de Créditos) o SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação – visando o saneamento de todos os créditos concedidos aos beneficiários da reforma agrária, sua remissão ou quitação, conforme cada caso; bem como a inclusão dos beneficiários dos novos créditos objeto do Decreto **8.256, de 26.05.2014**.

As ações de Assistência Técnica são controladas por meio do Sistema Informatizado de ATER – SIATER, onde os fiscais de contrato (servidores do INCRA) inserem todas as metas a serem executados, seus respectivos valores e o período de execução, conforme prescrito nos contratos firmados. As entidades prestadoras informam, por meio de relatórios técnicos, atesto dos beneficiários e demais documentos, as atividades executadas. A atualização dos dados é realizada, quase sempre, imediatamente após a execução da ação em campo.

Além dos sistemas relacionados acima, que são utilizados em âmbito nacional pelas superintendências regionais, organizamos controles locais que nos permitem atestar a realização das atividades finalísticas e caracterizar a situação dos assentamentos.

vi. Demonstração dos resultados dos indicadores de desempenho utilizados pela autarquia na área de desenvolvimento de projetos de assentamento, contextualizado no âmbito da superintendência, incluindo metas do exercício e estratégia para cumprimento de metas do próximo exercício

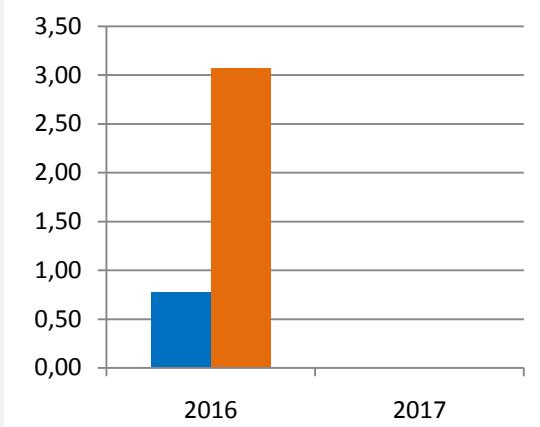
Índice de provimento de PDA/PRA										
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"><caption>Data for Index of PDA/PRA supply</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>4,00</td><td>12,00</td></tr><tr><td>2017</td><td>8,00</td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	4,00	12,00	2017	8,00		Informações constantes no item Análise a seguir.
Ano	Meta	Realizado								
2016	4,00	12,00								
2017	8,00									

Índice de acesso à moradia nos assentamentos							
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício						
 <table border="1"><caption>Data for Index of access to housing in settlements</caption><thead><tr><th>Ano</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>165,00</td></tr><tr><td>2017</td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Realizado	2016	165,00	2017		Informações constantes no item Análise a seguir.
Ano	Realizado						
2016	165,00						
2017							

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à população

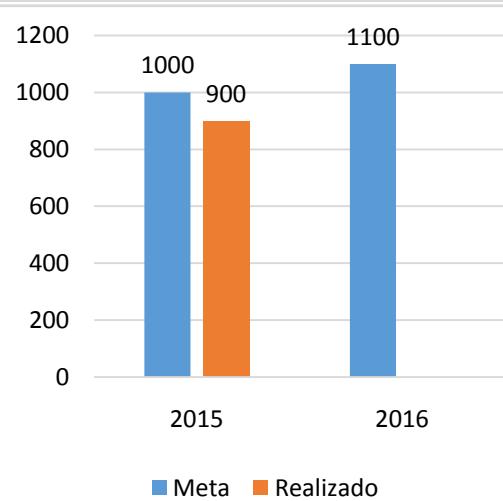
Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
<table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2015</td><td>250</td><td>300</td></tr><tr><td>2016</td><td>280</td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2015	250	300	2016	280		Informações constantes no item Análise a seguir.
Ano	Meta	Realizado								
2015	250	300								
2016	280									

Índice de provimento de assistência técnica

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>0,80</td><td>3,00</td></tr><tr><td>2017</td><td></td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	0,80	3,00	2017			Informações constantes no item Análise a seguir.
Ano	Meta	Realizado								
2016	0,80	3,00								
2017										

Renda média das famílias (por amostragem) (R\$)

Gráfico

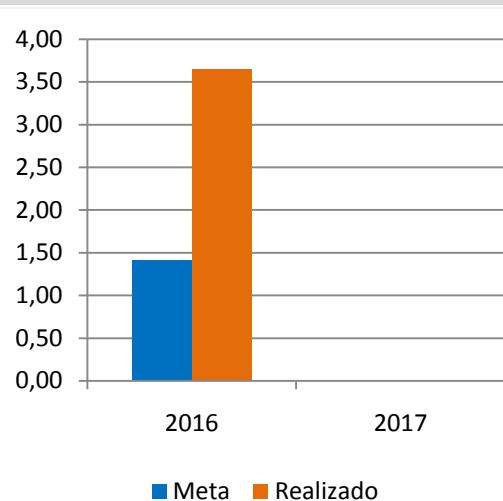


Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Informações constantes no item Análise a seguir.

Índice de parcelas supervisionadas

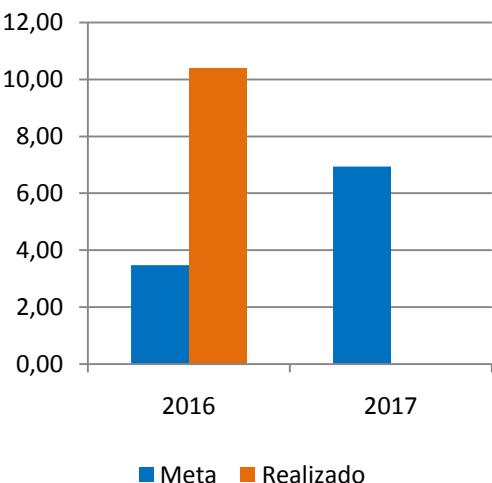
Gráfico



Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício

Informações constantes no item Análise a seguir.

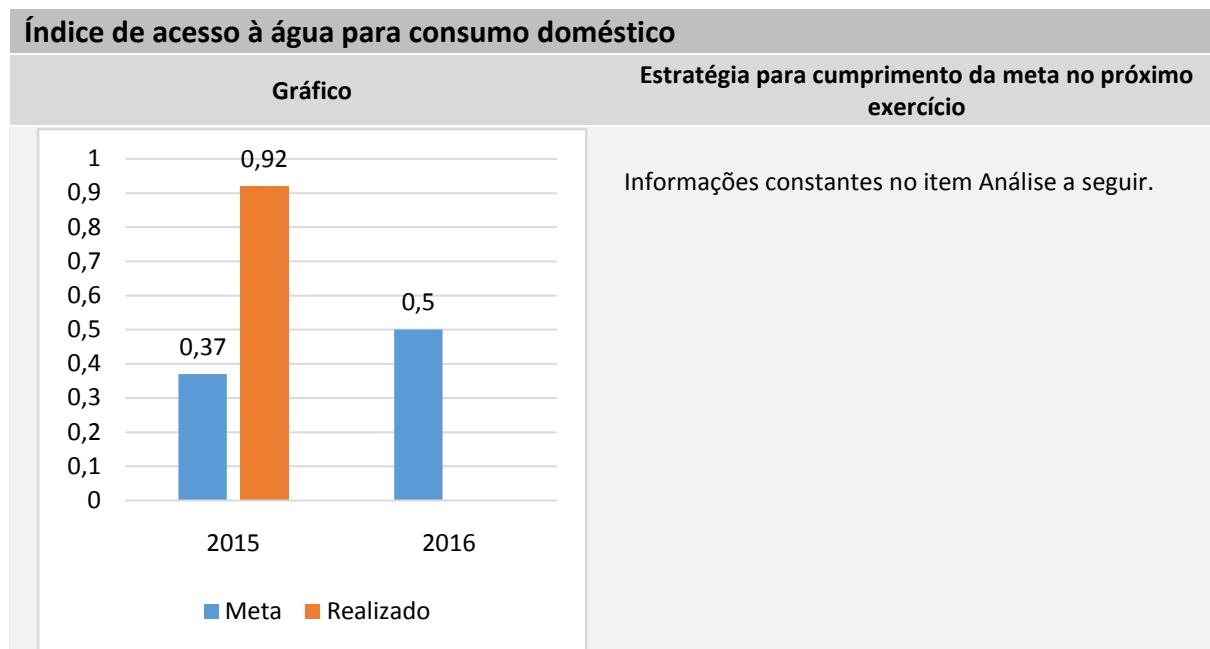
Índice de consolidação de assentamentos

Gráfico	Estratégia para cumprimento da meta no próximo exercício									
 <p>A bar chart comparing the 'Meta' (target) and 'Realizado' (achieved) values for the Index of consolidation of settlements across two years: 2016 and 2017. The vertical axis represents the index value, ranging from 0,00 to 12,00 with increments of 2,00. In 2016, the 'Meta' is approximately 3,5 and the 'Realizado' is approximately 10,5. In 2017, the 'Meta' is approximately 7,0.</p> <table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>3,5</td><td>10,5</td></tr><tr><td>2017</td><td>7,0</td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	3,5	10,5	2017	7,0		Informações constantes no item Análise a seguir.
Ano	Meta	Realizado								
2016	3,5	10,5								
2017	7,0									

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

vii. Ações destinadas ao provimento de água para consumo doméstico da superintendência

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.



A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

Análise:

Para o desafio de desenvolver os projetos de assentamentos, o INCRA busca se articular em diferentes iniciativas (ações), envolvendo assistência técnica, acesso ao crédito, habitação, supervisão das parcelas, consolidação de projetos de assentamento, entre outras questões.

Algumas dessas iniciativas são consideradas estratégicas e passam a balizar e indicar o desempenho da própria autarquia. Trata-se especificamente de monitorar a elaboração de PDA/PRA, o acesso à moradia nos assentamentos, provimento de assistência técnica, vistoria/supervisão das parcelas e consolidação dos assentamentos.

O que podemos constatar em 2016, é que estes índices ou se estabilizaram. Esta situação decorre principalmente pelas limitações impostas pelo Acórdão nº 775/2016 do TCU-Plenário, que já discorremos anteriormente, bem como pela insuficiência de recursos orçamentários financeiros.

Sobre a elaboração de PDA/PRA e garantia de assistência técnica as famílias assentadas - trata-se de uma ação realizada a partir da contratação de entidades prestadoras de assistência técnica. Alguns limitantes ao cumprimento das metas dizem respeito a insuficiência de recursos orçamentários/financeiros e a ausência de propostas pelas entidades quando da abertura de chamamentos públicos com este fim. Este último pode ser justificado pelo reduzido número de empresas credenciadas a participar das chamadas públicas de ATER no estado do Amazonas.

Ainda em relação ao PDA/PRA, a título de informação, o índice informado no quadro que trata dessa atividade refere-se a todos os PDA's e PRA's elaborados desde 1997 até 2016 e não somente ao ano de 2016, como leva a entender a ilustração.

Outra iniciativa importante no desenvolvimento dos assentamentos refere-se ao apoio a produção, tendo o PRONAF um papel importante. Apesar de fundamental as famílias assentadas sua operacionalização ocorre por meio dos bancos oficiais. Ao INCRA cabe a tarefa fundamental de emissão da DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), e de forma complementar contribuir para disseminar informações sobre o Programa e estimular a elaboração de projetos sustentáveis envolvendo as famílias assentadas. No exercício de 2016 emitimos 144 DAP.

Com relação ao controle e monitoramento dos contratos firmados, há que se esclarecer: conforme definido na Lei 4.829 de 1965, a competência formal de monitoramento, avaliação e fiscalização dos contratos de crédito rural é do Banco Central - BC, porém o sistema utilizado pelo Banco no monitoramento não possibilita a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária. Com vistas a qualificar o monitoramento, foi solicitado ao Banco Central, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, que o Sistema de operação do PRONAF passasse a permitir esta desagregação, isto é, que o contratante (mutuário) possa ser identificado como beneficiário da PNRA.

Quanto a disponibilização de moradia nos assentamentos, o INCRA saiu da condição de único viabilizador das habitações as famílias assentadas, para o papel de mobilizador, fomentador e agente de sensibilização, de modo que os assentados possam acessar o PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. A construção de 20 habitações decorre de recursos de exercícios anteriores, onde o INCRA trabalhava com as organizações sociais das famílias assentadas na construção das habitações.

Supervisionar as parcelas é outro elemento importante para as ações do INCRA. No exercício as metas foram cumpridas, mesmo havendo a limitação de supervisão ocupacional, que cessou apenas em dezembro/2016. A supervisão em 1.755 parcelas foi autorizada pela Direção do INCRA para atender demanda do Ministério Públco Federal e áreas de conflitos.

Por fim, depois de implementadas iniciativas como demarcação das parcelas, titulação e organização da infraestrutura, procede-se a consolidação dos assentamentos. Consolidar e emancipar os assentamentos requer investimentos direcionados, pois a realização de um ou outro aspecto não viabiliza a meta de consolidação. Como requer recursos mais robustos, nos últimos anos pouco se tem avançado no tema.

Todavia, tanto a Presidência do INCRA vem sinalizando para ações de consolidação, como no âmbito da regional temos direcionado as iniciativas aos projetos mais antigos, o que seguramente poderá gerar resultados nesta direção. Mas, reitere-se, desde que os recursos sejam liberados e direcionados.

viii. Avaliação do cumprimento de condicionantes dos assentamentos que possuem licenciamento ambiental ordinário em vigor

Este item deve ser preenchido apenas por Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal (exceto Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

Apenas o PDS CACHOEIRA possuía condicionante em vigor e a maioria foi cumprida, pois conseguimos a licença de supressão vegetal do projeto no exercício de 2016.

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna do INCRA é um órgão seccional de assistência direta e imediata a Presidência do INCRA.

O Decreto nº 6.812, de 03/04/2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em seu art. 13, lista as competências da Auditoria Interna do INCRA:

Art. 13. À Auditoria Interna compete:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II - prestar apoio aos órgãos de Controle Interno e Externo da União no campo de suas atribuições;
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas; e
- IV - subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA, bem como nas ações voltadas para a modernização institucional.

O Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria nº 20, de 08/04/2009, no Art. 56, estão dispostas as seguintes competências da Auditoria Interna do INCRA.

À Auditoria Interna (AUD) compete assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente:

- I - assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão;
- II - prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições;
- III - planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA;
- accompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional;
- V - examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais;
- VI - elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas; e
- VII - analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

No âmbito da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, a única atividade de auditoria prevista no Regimento Interno do INCRA, no Art. 112, Inciso II, alínea “p”, definindo como competência do Setor de Planejamento e Controle, de “dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA”.

No ano de 2016 não foram executadas atividades pela Auditoria Interna do INCRA no âmbito da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Principais controles instituídos para garantir o alinhamento da Superintendência ao planejamento estratégico

O INCRA mantém o Sistema denominado “Módulo de Monitoramento e Avaliação”.

Esse sistema tem por objetivo registrar e avaliar as informações relativas à execução física e financeira dos principais Programas e Ações estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), executados pelo INCRA, gerando relatórios gerenciais referentes à movimentação orçamentária e financeira, bem como da execução das metas físicas propostas, tendo por base os dados disponibilizados pelo SIAFI, bem como aqueles registrados no Módulo, por parte das Superintendências Regionais.

A Instrução Normativa nº 55 de 3/08/2009, “estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA e dá outras providências”.

Nos artigos 4º à 7º, Capítulo “V” da IN nº55/2009 estão estabelecidas as responsabilidades.

A execução das atividades programadas é acompanhada através de relatórios apresentados pelos servidores executantes dos serviços aos Chefes de suas respectivas Divisões.

Os Chefes de Divisões avaliam as informações, dando conformidade na execução e encaminhando as providências que porventura tenham sido recomendadas.

4.2.2- Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações sobre sua atuação nos registros informatizados do Incra e sistemas corporativos da administração pública

A Superintendência institui como controle a edição de Ordens de Serviços e Portarias, definindo gestores e executores locais para assegurar a fidedignidade das informações nos registros informatizados do INCRA.

Ressalta-se que a administração nacional (gestores nacionais) dos diversos sistemas informatizados do INCRA é executada pelas Diretorias de acordo com suas competências regimentais.

4.2.3- Avaliação, pelos próprios dirigentes da Superintendência, dos controles internos administrativos instituídos na Superintendência, de acordo com os critérios descritos no item 9.1

A avaliação completa dos controles internos encontra-se no item 9.1.

a) Ambiente de Controle;

A alta administração da Superintendência percebe que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos e dão suporte adequado ao seu funcionamento.

Os mecanismos gerais de controle são instituídos através da divulgação e o acompanhamento dos normativos internos (Regimento Interno, Norma Interna, Norma de Execução, Manuais de Serviços e de Sistemas), com observância da legislação pertinente a cada área.

A comunicação dentro da UJ se dá através de memorandos e encaminhamento de e-mails as áreas e setores competentes a cada serviço.

A elaboração de procedimentos conta com a participação de servidores das Superintendências Regionais ligados as áreas afins, sob a coordenação das Diretorias do INCRA/Sede.

As delegações de autoridade e competência, segregação de funções, estão formalizadas no Regimento Interno do INCRA, bem como nos demais normativos internos.

b) Avaliação de Risco;

Os objetivos e metas estão estabelecidos no Plano de Metas e Créditos Orçamentários 2014-2015. Não há a avaliação de risco formalizada. As Divisões buscam acompanhar as rotinas e processos de execução das ações, de forma a identificar, mensurar, classificar os riscos, buscando corrigir eventuais distorções, buscando evitar que prejudique o resultado planejado.

c) Atividade de Controle;

Não existem políticas e ações, de natureza preventiva para detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, no entanto as Divisões buscam acompanhar as rotinas e processos de execução das ações, com base nos normativos internos inerentes a cada serviço, de forma a identificar, mensurar, classificar os riscos, buscando corrigir eventuais distorções, buscando evitar que prejudique o resultado planejado.

d) Informação e Comunicação;

As informações relevantes são comunicadas tempestivamente as pessoas adequadas, permitindo a apropriação tempestiva, atual, precisa e forma acessível, permitindo o atendimento dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.

e) Monitoramento.

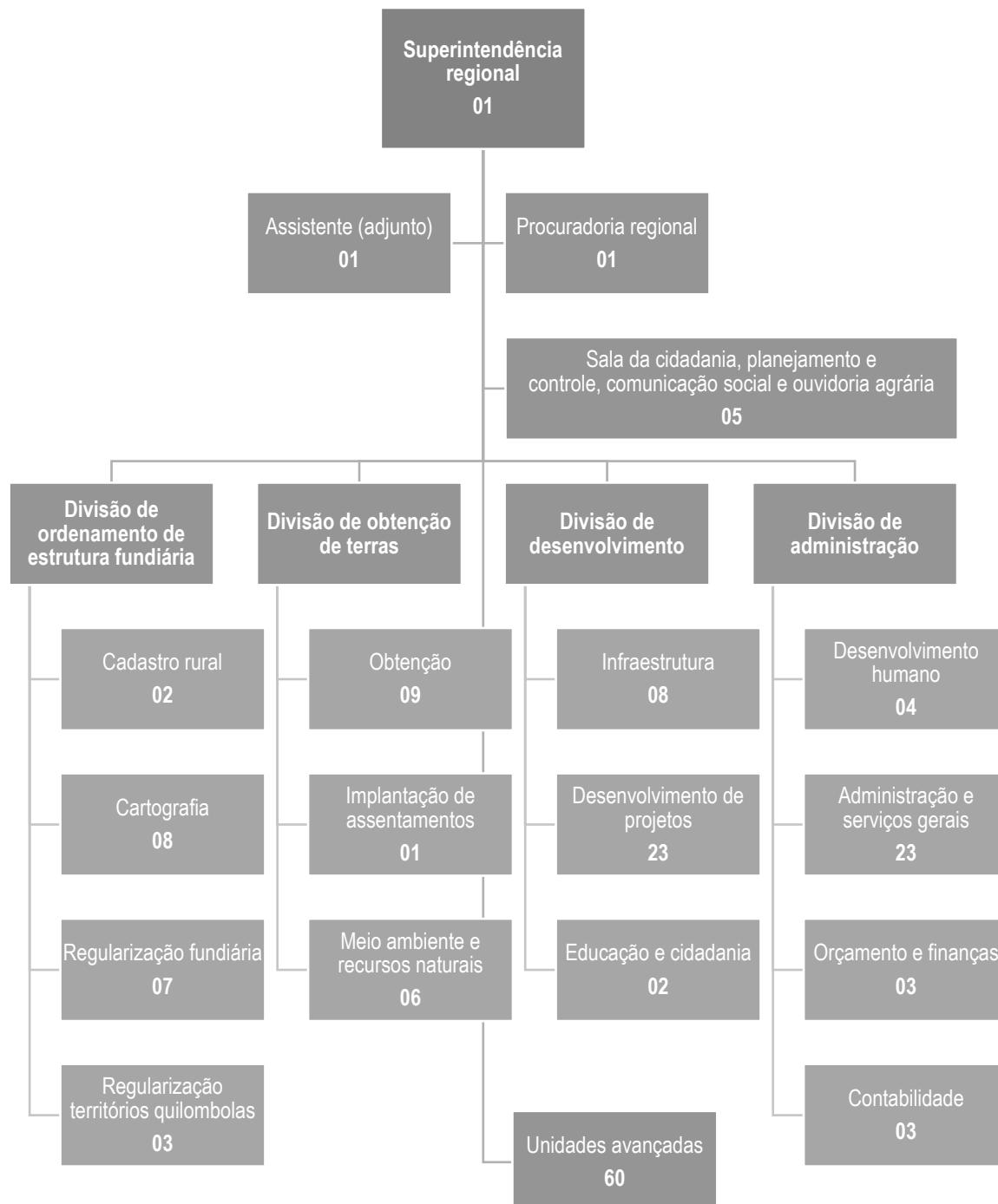
Não existe um sistema de controle interno estabelecido formalmente. A UJ adota mecanismos de acompanhamento, de forma a identificar, mensurar, classificar os riscos, buscando corrigir eventuais distorções, buscando evitar que prejudique o resultado planejado.

O monitoramento se dá através do acompanhamento e implementações das recomendações dos órgãos de controle, bem como através da avaliação dos resultados dos objetivos traçados no Plano de Metas e Créditos Orçamentários.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão de pessoas

5.1.1- Estrutura de pessoal da unidade



Análise da distribuição

A Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas, SR(15)AM, por localizar-se na região norte, historicamente, área de conflitos, sofre com desigualdades sociais e possui imensos desafios demográficos, vem apresentando, ao longo dos últimos anos, séria defasagem no seu quadro de pessoal, conforme já identificado nos relatórios de gestão dos exercícios anteriores. Esse problema se agravou nos últimos 05 (cinco) anos, fato demonstrado em nossos documentos internos e órgãos de controle externo, a exemplo dos relatórios apresentados pela CGU e TCU.

A SR(15)AM, em dezembro de 2016, contava com 177 (cento e setenta e sete) servidores ativos efetivos permanentes em exercício, distribuídos entre a sede, as unidades avançadas existentes no interior do Estado do Amazonas, além de 03 (três) servidores cedidos, sendo 02(dois) para a CGU; 01 (um) para o Terra Legal e 01 (um) para o T R E AM; totalizando 181 (cento e oitenta e um) servidores no quadro geral, dados obtidos da base de folha de pagamento do Governo Federal, siape.

De acordo com a estrutura organizacional, a SR(15)AM possui 04 (quatro) Divisões : Divisão de Administração - SR(15)A; Divisão de Ordenamento de Estrutura Fundiária - SR(15)F; Divisão de Obtenção de Terras - SR(15)T e Desenvolvimento de Projeto de Assentamento - SR(15)D, além da estrutura composta de Gabinete, sala de Cidadão e Procuradoria Especializada Federal e Unidades Avançadas.

Ao todo, a SR(15)AM possui 06 (seis) Unidades Avançadas: Unidade Avançada de Manacapuru; Unidade Avançada de Humaitá; Unidade de Boca do Acre; Unidade Avançada do Careiro; Unidade Avançada de Presidente Figueiredo e Unidade Avançada do Rio Juma (Município do Apuí/Am), e ainda, 03 (três) Unidades Avançadas em processo de desativação, Unidade Avançada do Alto Solimões (município de Benjamim Constant/AM), Unidade Avançada do médio Madeira (município de Borba/Am) e Unidade Avançada de Lábrea.

Das Unidades Avançadas acima indicadas, 03 (três) se encontram em processo de desativação: Alto Solimões, Lábrea e Médio Madeira, conforme RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 59, de 20/12/2006, publicada no Diário Oficial da União 26/12/2006, Seção 1, página 280, MEMO/INCRA/DAH/CIRCULAR/Nº 11/2012, em que pese a importância e situação estratégica dessas unidades, o processo de desativação dessas unidades tem transcorrido de forma gradual, face às dificuldades logísticas e orçamentárias. Entretanto, através do MEMORANDO/Nº 085/2014/INCRA/SR(15)/G, de 23 de junho de 2014, a SR(15)AM apresentou proposta de instalar nessas unidades, salas de cidadania, que, se instalada, em parceria com a Prefeitura Municipal, disponibilizará aos agricultores assentados e proprietários rurais, todo um conjunto de serviços executados pela autarquia federal. Por meio deste projeto, beneficiários da Reforma Agrária e pequenos agricultores rurais, poderão obter certidões, negociar dívidas, atualizar cadastro de imóveis, dentre outros serviços, de uma forma moderna e prática, pois todos os serviços seriam prestados pelos servidores do INCRA com a estrutura da Prefeitura Municipal, reduzindo-se os custos para a Administração. O INCRA/Sede ainda não concluiu manifestação definitiva quanto a essa proposta, em face da necessidade de que, para se fazer um projeto deste porte, cabe toda uma análise técnica e jurídica.

Sobre a distribuição da força de trabalho, dos servidores efetivos que em dezembro de 2016, totalizavam 181 (cento e setenta e sete) servidores de carreira, conforme acima indicado, 33 (trinta e três) servidores estavam lotados na Divisão de Administração - SR(15)A; 20 (vinte) servidores na Divisão de Ordenamento de Estrutura Fundiária - SR(15)F; 16 (dezesseis) na Divisão de Obtenção de Terras - SR(15)T e 33 (trinta e três) na Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento – SR(15)D; 14 (catorze) servidores no Gabinete; 01 (uma) na Procuradoria Especializada Federal; 02 (dois) à serviço da CGU; 01 (um) Programa Terra Legal e 01 (um) para o T R E, cedidos para exercício de cargo em comissão, e os demais distribuídos nas Unidades Avançadas a seguir relacionadas. Sendo que a Unidade Avançada de Manacapuru conta com 03 (três) servidores; 23 (vinte e três) em Humaitá; 02 (dois) servidores na Unidade Avançada do Careiro; 02 (dois) lotados na Unidade Avançada do Rio Juma (Município do Apuí/Am); na Unidade Avançada de Boca do Acre há 18 (dezoito) servidores; 06 (seis) servidores na Unidade Avançada do Alto Solimões (Município de

Benjamim Constant/Am); 03 (três) na Unidade Avançada do Médio Madeira (município de Borba); na Unidade Avançada de Lábrea 02 (dois) servidores e 01 (um) em Presidente Figueiredo. Além desse efetivo, a SR(15)AM possui 02 (dois) servidores em cargo de comissão em exercício descentralizado e 02 (dois) em cargo em comissão sem vínculo com a Administração.

Do efetivo de servidores, 24 (vinte e quatro) tem ensino fundamental; 85 (oitenta e cinco) com ensino médio; 67 (sessenta e sete) são detentores de graduação superior completo e 04 (quatro) detentores do título de mestrado e 01 (um) título de doutorado, sendo que dos 21 cargos em comissão, 80,96 % estão ocupados por servidores de carreira.

Com relação à questão lotação ideal, vislumbra-se que o número de servidores ativos se mostra inadequado, pois, mesmo com a nomeação dos servidores ingressos através do concurso de 2010, o quadro desta Superintendência ainda é, bastante reduzido, se considerarmos que, não obstante o empenho da Administração em buscar a recomposição da força de trabalho, pela nomeação de 45 (quarenta e cinco) novos servidores, já ocorreram situações que ocasionam a redução do quantitativo efetivo, nos exercícios compreendidos entre 2015 e 2016, a saber, 08 (oito) servidores nomeados para exercício de cargo em comissão em outras unidades da Federação; 07 (sete) remoções independente de interesse da Administração, 01 (uma) remoção por concurso de remoção, para acompanhamento de familiar portador de doença grave ou da carreira militar; além de 08 (oito) pedidos de vacância e exoneração para assumir outro cargo por via de concurso, de natureza inacumulável. Ressaltamos, que das 51 (cinquenta e uma) vagas ofertadas em Edital, 06 (seis) deixaram de ser preenchidas pelo desinteresse do candidato assumir, por razões que vão desde a demora da nomeação do candidato, uma vez que o concurso ficou “sub judice” por problemas de organização, e que já se encontrava nomeado para outros cargos quando da convocação do mesmo, até a questão remuneratória, sem que conseguíssemos a nomeação do candidato subsequente, em geral pelo mesmo motivo.

A situação em análise, já vem sendo objeto de preocupação desta Superintendência desde o relatório de 2012 que apontou que dos 217 servidores do quadro então existente à época, 9% tinham 30 a 40 anos de idade, 67% tinham mais de 50 anos e que nesse passo, considerando as regras de cumprimento de tempo de contribuição e de idade, para fins de aposentadoria, deveria haver uma política para recomposição da força de trabalho do INCRA, sob pena de que, nos próximos dez anos, a Unidade poderia apresentar sérios riscos de ter seus setores prejudicados e até, paralisados.

De acordo com um levantamento conduzido pelo Serviço de Desenvolvimento Humano da SR(15)AM em agosto de 2016, portanto, mais atual, demonstrou que a Superintendência possuía 49 (quarenta e nove) servidores na faixa etária entre 51 a 60 ano e 43 (quarenta e três) servidores entre 61 a 65 anos.

Registre-se ainda, que conforme base de dados do siape em dezembro de 2016, esta Superintendência contava com 65 (sessenta e cinco) servidores recebendo abono de permanência, ou seja, servidores que preenchem todos os requisitos para aposentadoria, sem considerar aqueles que ainda têm direito à licença prêmio, situação que também provoca redução do quadro. Buscando equacionar o problema, esta Superintendência Regional no Estado do Amazonas, tem solicitado do Incra sede, que em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, promova concurso público com vista a resguardar a cultura organizacional da instituição, haja vista que significativa parcela dos servidores encontra-se próxima a aposentadoria, podendo comprometer a continuidade da força de trabalho. Não obstante, este quadro, cabe ressaltar que a Superintendência possui um importante desafio de superar as metas estabelecida para o ano de 2016/2017, o que demonstra o nosso compromisso com as diretrizes institucionais, preocupação sempre presente, compromissada com o social e missão institucional do INCRA.

Análise da estratégia das ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

A análise das informações das ações de capacitação (Ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Ação 4572) apontou que no exercício de 2016 foi oferecido um razoável número de cursos e oportunidades de treinamento aos servidores dessa Superintendência.

Os recursos descentralizados possibilitaram a capacitação de 67 (sessenta e sete) servidores. Todas as ações de capacitação realizadas no ano de 2016, visaram desenvolver as competências institucionais, gerenciais, técnicas e de suporte mapeadas pela equipe do Serviço de Desenvolvimento Humano no PLANO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO, com ênfase em capacitar o servidor a realizar as suas tarefas com eficiência e qualidade, de modo a compatibilizar o desempenho, com os objetivos e metas da autarquia, atendendo as prioridades das áreas responsáveis pelas atividades fins, com destaque para os cursos a seguir relacionados:

- a) Curso de Sistema de Gerenciamento de imóveis de uso Especial (SPIUNET), para 02 (duas) servidoras, período de 16/03/2016 a 17/03/2016, 16 h/aulas, em Belém. Pará, promovido pelo INCRA;
- b) Curso de Gestão Tributárias de contratos e Convênios, para uma servidora, período de 15/06/2016 a 17/06/2016, carga horária 27 horas/aulas;
- c) Oficina de Crédito de Fomento da mulher, com a participação de servidores da SR(15)AM, período de 20/06/2016 a 24/06/2016, 40 h/aulas;
- d) Oficina SIPRA, para 35 (trinta e cinco) servidores, período de 16/11/2016 a 17/11/2016, carga horária de 16 h/aulas;
- e) Curso de Orçamento de Obras em Licitações, para 03 (três) servidoras, período de 03/12/2016 a 18/12/2016, 30 h/aulas.

Os Cursos relacionados nos itens “c” e “d”, foram cursos técnicos, voltados a habilitar servidores para exercício de atividades técnica operacionais, visando capacitar os mesmos, para atender as demandas com metas institucionais, os demais visam capacitar servidores da área Administrativa visando a correta aplicação das normas e legislação vigente. Contudo, o corte orçamentário e em consequência, a demora na liberação dos recursos destinados a cursos de capacitação, foram certamente, obstáculos que prejudicaram a execução dos serviços, porém, ao final do exercício, capacitou-se um número razoável de servidores desta SR(15)AM.

Indicadores relacionados

Índice de abrangência de capacitação		Análise									
Gráfico											
<table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2016</td><td>11,00</td><td>36,50</td></tr><tr><td>2017</td><td></td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2016	11,00	36,50	2017				A capacitação de servidores públicos Federais do INCRA segue as diretrizes do PLANO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO, visaram desenvolver as competências institucionais, gerenciais, técnicas e de suporte mapeadas pela equipe do Serviço de Desenvolvimento Humano e pela Divisão de Capacitação do INCRA Sede, com ênfase em capacitar o servidor a realizar as suas tarefas com eficiência e qualidade, de modo a compatibilizar o desempenho, com os objetivos e metas da autarquia, atendendo as prioridades das áreas responsáveis pelas atividades fins. Os resultados obtidos demonstram que o INCRA tem capacitado um razoável número de servidores, não obstante as restrições orçamentárias observadas nos últimos 05 (cinco) anos, foram capacitados 67 servidores para uma meta de 21 servidores no exercício de 2016.
Ano	Meta	Realizado									
2016	11,00	36,50									
2017											

Índice de horas de capacitação		Análise									
Gráfico											
<table border="1"><thead><tr><th>Ano</th><th>Meta</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>2015</td><td>220</td><td>250</td></tr><tr><td>2016</td><td>250</td><td></td></tr></tbody></table>	Ano	Meta	Realizado	2015	220	250	2016	250			Através do gráfico de índice de horas de capacitação Vislumbra-se que a SR(15) AM superou a meta para o exercício de 2016, superando, ainda, a meta prevista para o ano anterior, que de acordo com a LOA de 2015 tínhamos uma meta de capacitação de 41bservidores, tendo sido capacitados 52 servidores no total, de acordo com os dados do relatório de gestão exercício 2015. A carga horária se mostra adequada ao número de capacitados, superando a expectativa, apesar das restrições orçamentárias.
Ano	Meta	Realizado									
2015	220	250									
2016	250										

A memória de cálculo dos indicadores pode ser encontrada no item 9.3.

Análise:

A capacitação de servidores públicos Federais do INCRA segue as diretrizes do PLANO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO, visaram desenvolver as competências institucionais, gerenciais, técnicas e de suporte mapeadas pela equipe do Serviço de Desenvolvimento Humano e pela Divisão de Capacitação do INCRA Sede, com ênfase em capacitar o servidor a realizar as suas tarefas com eficiência e qualidade, de modo a compatibilizar o desempenho, com os objetivos e metas da autarquia, atendendo as

prioridades das áreas responsáveis pelas atividades fins. Os resultados obtidos demonstram que o INCRA tem capacitado um razoável número de servidores, não obstante as restrições orçamentárias observadas nos últimos 05 (cinco) anos.

6- Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

Demandas registradas pela Ouvidoria em 2016

Demandas e atendimento de registros feitos por intermédio da Ouvidoria do Incra Sede que se referem à atuação da Superintendência

As demandas realizadas no Incra/Sede, foram registradas no **e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão**.

A nível nacional foram registradas 669 pedidos de acesso a informação através do sistema e-SIC, com 1.045 perguntas, realizadas por 507 pessoas, com média mensal de 55,75 pedidos.

Os temas das solicitações foram assim registrados:

- Organização Agrária 31,09%
- Habitação 9,87%
- Agricultura Familiar 9,57%
- Comunidade e Sociedade 6,28%
- Agricultura de Subsistência 4,93%
- Gestão, preservação e acesso 4,04%
- Legislação e jurisprudência 3,29%
- Administração Pública 2,39%
- Política Agrícola 1,94%

Do total de solicitações registradas no sistema e-SIC, 12 solicitações e 13 pedidos foram destinados a Superintendência Regional do INCRA no Amazonas.

Análise gerencial dos principais problemas e soluções aplicadas, bem como as formas de prevenção

Não temos nenhum sistema de controle para registro do acesso por telefone, email e site.

Não possuímos um número específico de contato com a Ouvidoria Agrária Regional. O único telefone de contato é o telefone (92) 3194-1300, que é o contato geral com a Superintendência Regional do INCRA no Amazonas.

Em 2016 foram recepcionadas na Superintendência Regional do INCRA no Amazonas o total de 15.948 pessoas, que buscaram atendimento aos serviços prestados pelo INCRA.

As demandas de forma geral são registradas no Sistema de Protocolo (SISDOC), mas esse sistema não possui registros/relatórios que classifiquem os tipos de demandas. As demandas são encaminhadas as respectivas áreas de acordo com as suas competências regimentais.

A principal demanda na Ouvidoria Agrária desta Regional se deu para solicitações de destinação de áreas (criação de projetos de assentamentos, desapropriação de imóveis e arrecadação de áreas). Onde as principais dificuldades encontradas no exercício para solução dessas demandas, foram a indisponibilidade de recursos orçamentários/financeiros, conjugado com decisão judicial, através de limitar, que suspendeu as atividades que envolvessem riscos aos Peritos Federais Agrários (PFA).

O item 9.2 deste relatório traz informações sobre os resultados do atendimento ao público externo.

Em fevereiro de 2017 a Autarquia implementou a nova versão Sala da Cidadania Digital, ambiente virtual que concentra em um único lugar serviços de auto atendimento, solicitações de serviços e agendamento

de atendimentos e encaminhamento de críticas e sugestões por parte dos beneficiários da reforma agrária e proprietários rurais. Além da instalação na estrutura física na superintendência, unidades avançadas e em algumas prefeituras parceiras, qualquer usuário pode acessá-la diretamente através da Internet, utilizando as chaves de acesso à sua página (CPF, número de inscrição do imóvel, etc.)

Dentre os serviços disponíveis, é possível solicitar Atualização Cadastral do Beneficiário da Reforma Agrária, Emissão de Certidão de Beneficiário no qual obteve a quantidade 162 emissões de Certidões em 2016. (para uso junto ao INSS nas solicitações de aposentadoria), Emissão de Espelho do Beneficiário, Solicitação de emissão de Declaração de Aptidão ao PRONAF B - DAP-B e Liquidação ou Renegociação das Dívidas de crédito do tipo PRONAF A e A/C contraídas junto ao Banco do Brasil.

Nesse ambiente, para os proprietários rurais, há o serviço de Solicitação de Emissão do Comprovante de Atividade Rural. Além destes, a Sala da Cidadania Digital oferece links para outros serviços como, atualização de cadastro rural, no qual obtiveram 2.185 atualizações no ano de 2016, emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR, com 12.000 emissões ao ano referente, acesso ao Sistema de Gestão Fundiária - SIGEF, acesso ao site da Receita Federal para consulta do Imposto Territorial Rural - ITR, ao programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e ao Programa Minha Casa Minha Vida. Alguns dos serviços do Sistema de Sala da Cidadania Digital estão sendo prestados de forma manual.

O INCRA utiliza para controle de documentos os Sistemas Internos denominados SISDOC e o SISPROT. O SISDOC consiste no cadastro e trâmite de documentos recebidos no INCRA; e o SISPROT consiste no cadastro e trâmite de processos recebidos no órgão. Assim, todas as vezes que um processo ou documento importante é recebido, ele é cadastrado no SISDOC ou SISPROT e, se necessário, é transmitido a outras divisões pelo mesmo sistema. Para ter acesso ao SISDOC e SISPROT é necessário criar um login e uma senha.

Desse modo, quando um documento ou processo é procurado, é fácil saber onde ele está. Basta colocar no sistema (SISDOC ou SISPROT) o número do documento ou processo, ou mesmo outras informações a respeito do mesmo, a exemplo do nome do interessado, e logo será possível localizar onde o documento/processo encontra-se. Além disso, é possível verificar até mesmo os trâmites anteriores do processo até que ele chegue ao local onde se encontra no momento. Esses sistemas não possuem relatórios que possibilitem as extrações de dados que permitam identificar a quantidade de processos distribuídos para análise e a quantidade de processos finalizados, nem também o tipo de serviço, tipo de demanda, quantidade atendida e o custo.

No planejamento do INCRA não existe metas estabelecidas para o exercício em análise e exercício seguinte para essa atividade. Em levantamento realizado junto ao Setor de Protocolo da Superintendência, identificou-se que no exercício de 2016 foram cadastrados no SISDOC 4.767 documentos, e no SISPROT, 1.897 processos.

Esta previsto para o ano de 2017 a assinatura de acordo de cooperação técnica entre o INCRA e o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), para a implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) em todas as unidades da autarquia.

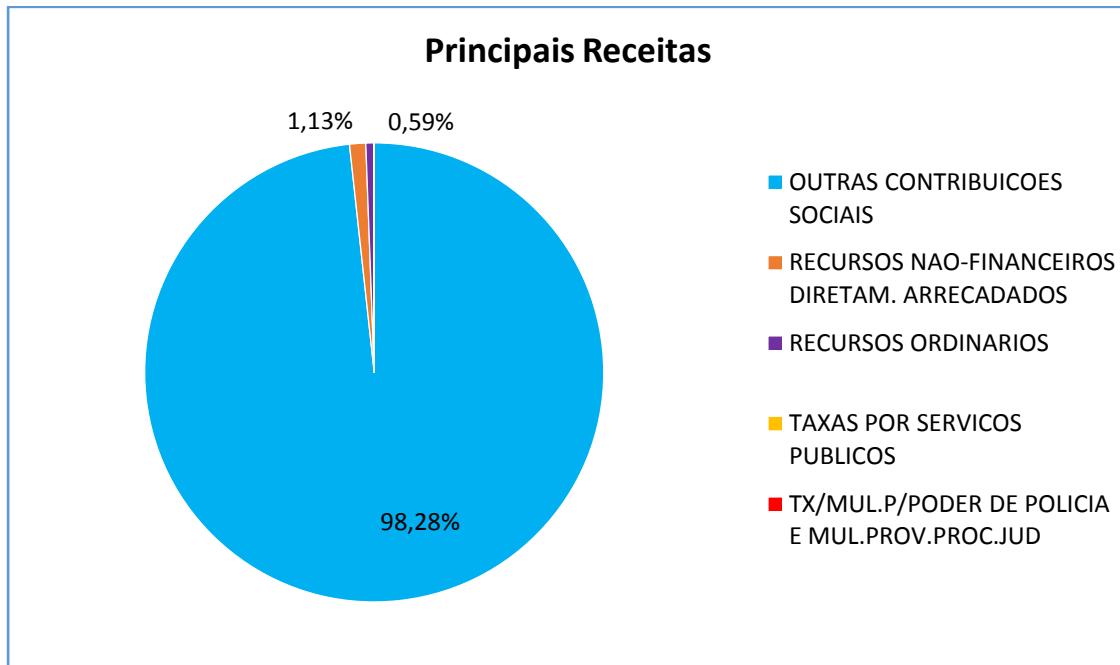
Ao INCRA caberá instalar o SEI! em suas unidades e implantá-lo oficialmente nas atividades administrativas no prazo máximo de 180 dias, que coincide com o prazo definido pelo Decreto para a entrada em funcionamento do sistema.

A partir da mudança, o INCRA passará a contar com todo o sistema de cadastro, catalogação e controle de documentos públicos (memorandos, despachos, processos administrativos, entre outros) em meio digital. A adoção do SEI! proporcionará a movimentação processual eletrônica, trazendo benefícios como a redução do papel e o tempo de consulta e tramitação das respostas.

7- Informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro

7.1- Desempenho orçamentário e financeiro do exercício

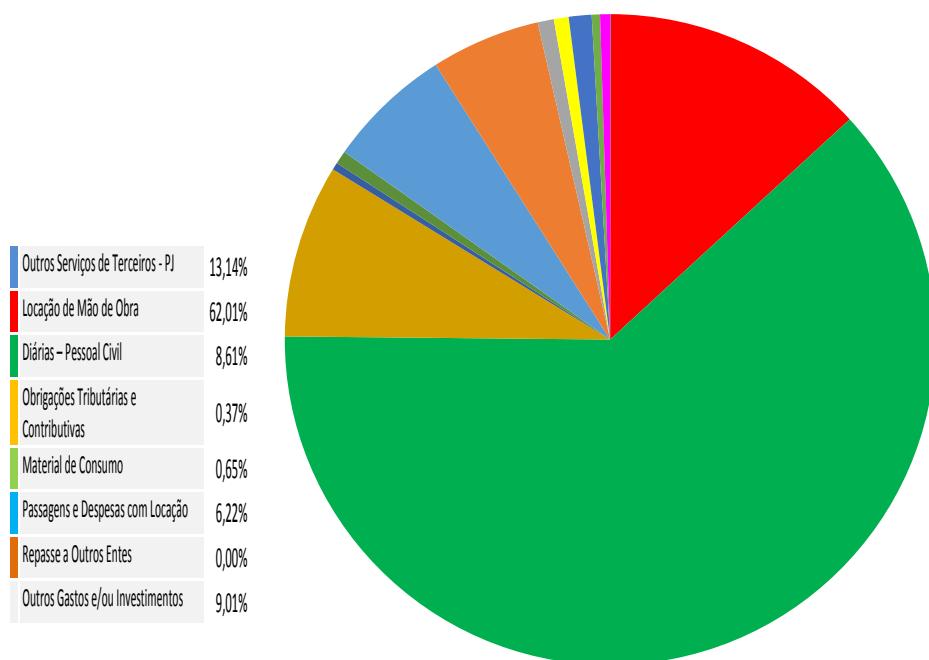
Sugere-se que este item não ultrapasse o tamanho de 2 páginas.



Principais receitas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
Outras Contribuições Sociais	-	7.867.880,14	6.714.567,23
Recursos Não-Financeiros – Diretamente Arrecadados	-	7.663,01	0,00
Recursos Ordinários	-	526.539,70	77.536,39
Taxas por Serviços Públicos	-	57.593,00	0,00
Taxa Mult. p/ Poder de Polícia e Mul. Prov. Proc. Jud.	-	0,00	40.000,00
Total	-	8.459.675,85	6.832.103,62

Esta UJ é órgão descentralizado ao qual compete coordenar e executar as atividades inerentes a sua área de atuação, definidas no regimento interno. Assim, não se trata de Unidade Orçamentária - UO, portanto não recebe receitas diretamente da Lei Orçamentária Anual - LOA, recebendo, portanto, recursos / créditos descentralizados da Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em Brasília-DF. Nesse sentido, as informações consideradas como receitas são os créditos descentralizados, cuja principal fonte (98%) são outras contribuições sociais.

Principais Despesas



Principais despesas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
Outros Serviços de Terceiros - PJ	1.789.027,08	1.020.833,35	717.381,97
Locação de Mão de Obra	2.662.037,02	2.742.126,58	3.385.836,57
Diárias – Pessoal Civil	433.063,09	418.949,97	470.197,72
Obrigações Tributárias e Contributivas	12.443,09	956,97	19.985,10
Material de Consumo	50.983,17	50.319,02	35.667,60
Passagens e Despesas com Locação	523.962,57	448.179,60	339.648,46
Repasso a Outros Entes	0,00	938.022,85	0,00
Outros Gastos e/ou Investimentos	268.067,54	83.561,32	491.822,87
Total	5.739.583,83	5.702.949,66	5.460.540,29

Como observa-se no gráfico, os maiores gastos/investimentos efetuados pela UJ, no exercício 2016, referem-se a “locação de mão de obra”, representando 62% do total das despesas. O acréscimo em relação ao exercício 2015 deve-se a dois fatores: o aumento do número de postos de trabalho nos contratos de vigilância e apoio administrativo e a repactuação do contrato de conservação e limpeza. Ainda assim, em relação a esse item, os recursos não foram suficientes para atender a totalidade das despesas.

Em relação a “outros serviços de terceiros – pessoa jurídica”, o valor foi inferior as despesas do exercício 2015, representando 14% do total das despesas. Houve redução também em relação às demais despesas. Não houve despesa referente ao item “repasso a outros entes” no exercício, pois a Convenente encontrava-se inadimplente na época prevista para o repasse dos recursos. Trata-se do Convênio Siconv n. 793643/2013. No exercício 2016, verifica-se que houve redução no total das despesas efetivamente pagas, sobretudo porque o repasse dos recursos financeiros foi inferior às necessidades da UJ, sobretudo em razão da crise financeira que assola o país, que por sua vez refletiu na Autarquia.

Como se observa no gráfico, a maior parte dos gastos (75%) foi com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (13%) e Locação de Mão de Obra (62%), dentre os quais destacam-se os serviços de

Assistência Técnica e Extensão Rural e de Administração da Unidade (INCRA/AM e Unidades Avançadas), que envolvem os serviços de telefonia, correios, energia elétrica, locação e manutenção de equipamentos, dentre outros. Em relação a Locação de Mão de Obra, as despesas referem-se a contratação dos serviços de segurança e vigilância patrimonial (INCRA/AM e Unidades Avançada),

No item “outros”, correspondente a 9% do total, destacam-se as seguintes despesas: despesas de exercício anteriores, indenizações e restituições, obra e instalações, outros benefício e assistências do servidor e outros serviços de terceiros – pessoa física.

7.2- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/ Notas explicativas	Endereço para acesso
Demonstração 1 – Balanço Patrimonial	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-15-amazonas/balanco_patrimonial_2016.pdf
Demonstração 2 – Balanço Orçamentário	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-15-amazonas/balanco_orcamento_2016.pdf
Demonstração 3 – Balanço Financeiro	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-15-amazonas/balanco_financeiro_2016.pdf
Demonstração 4 – Demonstração das Variações Patrimoniais	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-15-amazonas/demonstracao_das_variacoes_patrimoniais_2016.pdf
Demonstração 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/demonstra-es-cont-beis/2016/sr-15-amazonas/demonstracao_do_fluxo_de_caixa_2016.pdf

7.3 - Demonstração da gestão e registro contábil dos créditos a receber

7.3.1 Empréstimos concedidos

A Conta 1.2.1.1.1.0.3.0.1 – Empréstimos Concedidos a Receber registra o montante dos recursos emprestados aos assentados relativos ao Crédito Instalação nas suas diversas modalidades.

No exercício de 2016, conforme informações da Diretoria de Desenvolvimento, foram emitidos 2.850 cartões da modalidade Apoio Inicial e 3.052, da modalidade Fomento Mulher. Foram realizadas 4.220 operações do Apoio Inicial, totalizando R\$ 10.128.000,00 e 5.893 operações do Fomento Mulher, totalizando R\$ 17.679.000,00.

O quantitativo de beneficiários que receberam Crédito Instalação foi maior do que o número de cartões emitidos, pois alguns apesar de alguns terem recebido o cartão em 2015, somente tiveram crédito concedido em 2016.

No exercício de 2016, o saldo da conta – Empréstimos Concedidos fechou com o montante de R\$ 5.736.102.346,82, representando uma redução de R\$ 149.358.310,02 em relação ao saldo inicial do referido ano que era de R\$ 5.885.460.656,84. Esta redução líquida se deu em virtude da remissão de dívidas de assentados, em consonância com MP 636/2013 e Lei 13.001/2014 e conforme dados do SNCCI, como também pelo ajustes dos valores de créditos não aplicados e recolhidos pela Sede da Autarquia em 2013, adicionados os valores dos novos créditos registrados na UG/Gestão 133087/37201.

No segundo semestre de 2016, na sede da Autarquia, foi realizada pela Diretoria de Gestão Administrativa a capacitação de servidores das 30 Superintendências Regionais, divididos em duas turmas. O treinamento teve por objetivo formar usuários e multiplicadores no módulo cobrança do SNCCI, especificamente na emissão de GRU cobrança do Crédito Instalação. Na segunda turma, participaram do treinamento inclusive alguns servidores da Controladoria Geral da União (CGDAG), os quais inclusive foram cadastrados como usuários do sistema com perfil de consulta.

Por intermédio do SNCCI, foram emitidas 5.560 Guias de Recolhimento da União – Cobrança, relativo ao Créditos Novos, vencíveis em 2016. Deste total, 5.175 foram pagas tempestivamente pelos devedores, volume bastante expressivo. Ao final do ano, a inadimplência foi de apenas 6,92%.

Ao longo de 2017, o módulo cobrança do SNCCI evoluirá para atender as exigências da FEBRABAN e com isto será implantada a emissão de GRU - Cobrança Registrada. Além disto, a partir da implantação dos relatórios gerenciais, novas evoluções em curso e da interligação do sistema com a Sala da Cidadania, será otimizada a gestão da cobrança e a contabilização das receitas e da provisão para devedores duvidosos, além de permitir que o próprio beneficiário acesse via internet a GRU para pagamento.

Em relação à Cobrança do Crédito antigo, o Módulo Cobrança do SNCCI ainda não foi evoluído para atender esta finalidade, tendo em vista que a Lei 13.001/2014 ainda não foi regulamentada. Inobstante, o cadastramento de processos de créditos antigos no SNCCI pode ser feito normalmente pelas Superintendências Regionais, funcionalidade esta disponibilizada desde 2014, a partir das capacitações que foram realizadas em todo o País.

7.3.2 Créditos a receber de parceiros

Com relação à gestão dos créditos a receber, esta Regional por meio de sua Comissão de Crédito, em conformidade com a Lei 13.001/2014, realizou em 2016, **7.197 procedimentos** de saneamento simplificado nos processos pilotos e individuais de concessão dos créditos. Esta ação resultou em **5.270** análises na modalidade “**Instalação Apoio Inicial**”, e **1.732** na modalidade “**Instalação – Aquisição de Material de Construção**”, e **195** na modalidade **Recuperação**.

Neste saneamento são identificadas e analisadas as situações dos beneficiários/assentados que receberam créditos que estejam enquadrados na Medida Provisória 636/2013. Este dispositivo normatiza o perdão das dívidas de quem recebeu créditos no valor de até R\$10.000,00 (dez mil reais) e renegocia os valores superiores, exceto créditos na modalidade Aquisição e Recuperação/Materiais de Construção. O produto desse saneamento alimenta o SNCCI e os processos individuais relativos aos créditos remitidos são encaminhados para a devida baixa no sistema (SIAFI).

Para a execução destas atividades e alimentação do SNCCI, foram cadastrados com senhas de gestores os servidores lotados na Comissão de Crédito e de algumas Unidades Avançadas do INCRA no estado. O perfil destas senhas permite a inclusão e consulta de dados, bem como a emissão de relatórios gerenciais.

Para 2017 foi elaborado um cronograma visando o saneamento de mais 4.000 processos individuais em 15 projetos de assentamentos.

A conta 1.2.1.2.1.98.08 - Créditos a receber em parcelas/lotes registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos beneficiários da Reforma Agrária. Em 2016 o saldo final da conta era R\$ 20.923.595,13. A Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária – DF vem conduzindo a discussão da proposta de decreto regulamentador da lei 13.001/2014, no tocante à titulação de glebas fora da Amazônia Legal, enquanto a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de assentamentos vem trabalhando na elaboração de uma Instrução Normativa referentes aos títulos de parcelas de PAs.

As tratativas para construção do SNT – Sistema Nacional de Titulação estão sendo mediadas pela DE por meio da Coordenação de Tecnologia do INCRA – DET juntamente com as áreas finalísticas envolvidas no processo de titulação.

A previsão era que o SNT fosse desenvolvido em módulos, iniciando-se pelo módulo quilombola. Porém esta proposta inicial foi entendida como mais onerosa em custo e prazo para o INCRA e por isso está suspensa. A idéia é realizar um projeto único para atendimento das demandas vinculadas à Titulação no INCRA. Para tal, espera-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) composto de representantes de todas as áreas do INCRA que dará andamento ao projeto.

8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

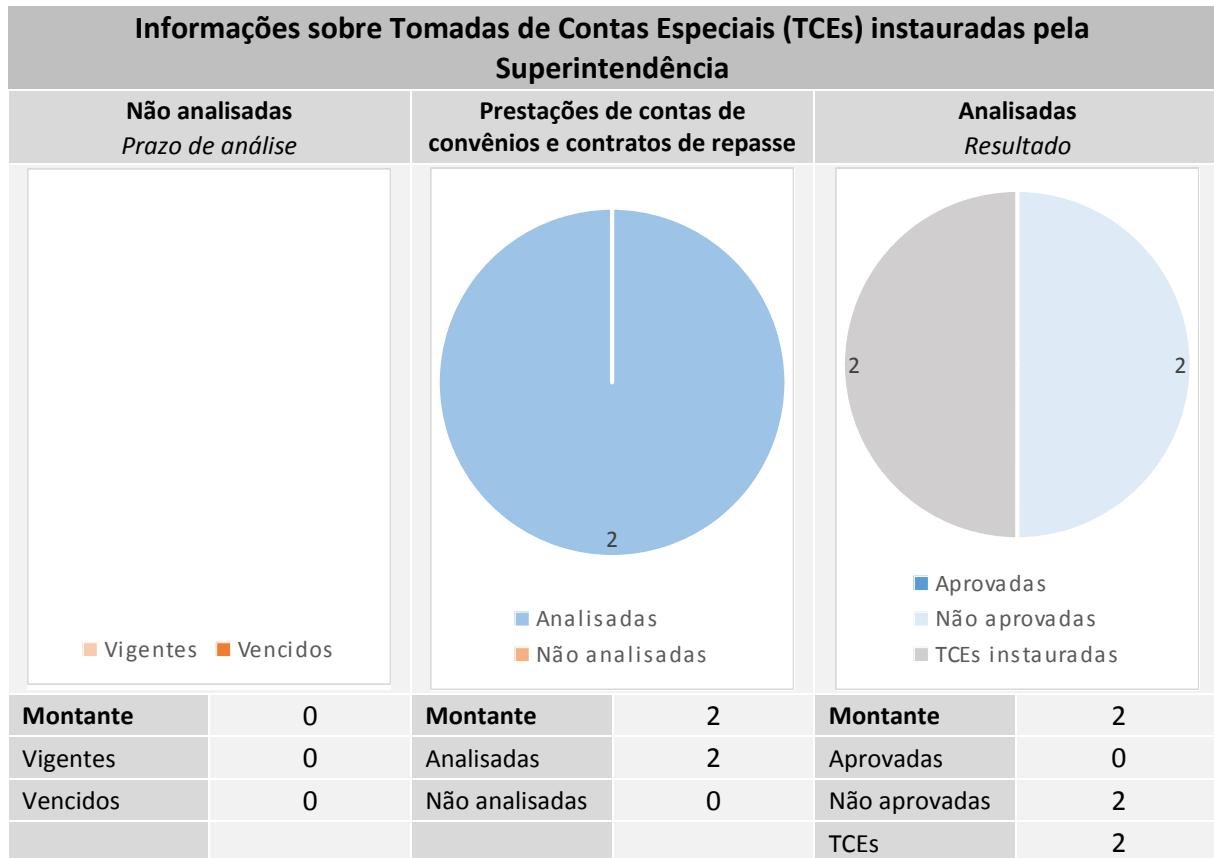
8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU			
Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
Acórdão 2.460/2016- TCU-1ª Câmara	b	Determinou a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas que informe em suas próximas contas a situação do contrato CRT/AM/1000/2014, em especial com relação ao encontro de contas eventualmente realizado com a empresa contratada	Em relação ao CONTRATO CRT/AM/N. 1000/2014, objeto do Acórdão n.º 2460/2016 - TCU - 1ª. Câmara informa-se que: a) o contrato foi extinto em razão do fim da vigência; b) não foram efetuados pagamentos a empresa; c) a empresa solicitou a anulação da multa aplicada. O processo foi submetido a análise da PFE e remetido ao Ordenador de Despesas para análise e deliberação.
Acórdão 6.824/2016- TCU-1ª Câmara	9.4	Determina ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU) que, nas próximas auditorias na Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Amazonas (Incra/AM), acompanhe o processo de regularização dos registros dos bens imóveis no SPIUnet, com o intuito de salvaguardar o patrimônio público, informando a respeito no respectivo relatório de auditoria.	A Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, vem executando os trabalhos de registros do bens imóveis no sistema SPIUnet, com a execução no exercício de 2016 de: - 56 imóveis foram cadastrados no SPIUnet pela SR(15)AM; - 34 imóveis foram cadastrados no SPIUnet pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA (Programa Terra Legal); - Total de 90 imóveis cadastrados no SPIUnet. Informações detalhadas sobre o serviço estão descritas na alínea “vi – demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados” do item 3.3.2 deste relatório.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Não houveram recomendações da CGU para a UJ no exercício de 2016.

8.3- Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao erário



Análise

As duas TCE's que foram realizadas no exercício de 2016 referem-se a Termo de Cooperação Técnica firmados entre esta Superintendência Regional e os Municípios de Iranduba (54270.000489/2016-34) e Careiro Castanho (Processos TCE nº 54270.00487/2016-45).

8.4- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Em relação ao pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realizações de obras e prestação de serviços, a UJ obedece a ordem cronológica de apresentação da nota-fiscal e/ou recibo e demais documentos para liquidação e posterior pagamento da despesa.

Porém, vale ressaltar que os pagamentos são realizados na medida em que os produtos/serviços são entregues e as notas fiscais são devidamente atestadas e entregues ao setor competente para liquidação e pagamento, acompanhado dos demais documentos previstas em Lei e no Contrato.

Eventuais atrasos ocorridos no pagamento devem-se a não regularidade do fornecedor/prestador de serviços e/ou falta de tempestividade no repasse de recursos pelo Órgão Central.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela UJ, sobretudo em relação ao contingenciamento de recursos orçamentários e financeiros, as despesas que se referem a cumprimento de obrigações conforme preconiza o art. 5º, da Lei n.º 8.666/93, estiveram dentro dos limites aceitáveis para um ano de crise e recessão.

9- Anexos e apêndices

9.1-Quadro de avaliação do sistema de controles internos da UJ

Complementa informações do item 4.2.3

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados		Valores				
		1	2	3	4	5
1	Ambiente de controle					
1.1	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
1.2	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
1.3	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
1.4	Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
1.5	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
1.6	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
1.7	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
1.8	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
1.9	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
2	Avaliação de risco					
2.1	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
2.2	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
2.3	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					X
2.4	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
2.5	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
2.6	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
2.7	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
2.8	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
2.9	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
3	Procedimentos de controle					
3.1	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os				X	

Elementos do sistema de controles internos a serem avaliados	Valores				
	1	2	3	4	5
	riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				
3.2	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x	
3.3	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x	
3.4	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x	
4	Informação e comunicação				
4.1	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x	
4.2	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			x	
4.3	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x
4.4	A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x
4.5	A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x	
5	Monitoramento				
5.1	O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x	
5.2	O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x	
5.3	O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x	
Legenda dos valores					
	1. Totalmente inválida: significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente não observado</u> no contexto da UJ.				
	2. Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>pouco observado</u> no contexto da UJ.				
	3. Neutra: Significa que <u>não há como avaliar</u> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.				
	4. Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>muito observado</u> no contexto da UJ.				
	5. Totalmente válido: Significa que o conteúdo da afirmativa é <u>integralmente observado</u> no contexto da UJ.				

9.2- Resultados do atendimento ao público externo

Complementa informações do item 5.1

Serviço	Demanda	Qtde. atendida	Em análise	Prazo médio de atendimento	Custo
Certificação de imóveis rurais ¹	1.013	1.003	10	*	*
Atualização Cadastro Imóvel Rural ²	2.185	2.185	-	*	*
Emissão de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural ²	12.000	12.000	-	*	*
Certidões de Assentados ³ (presencial)	162	162	-	*	*
Emissão de RB para o PNHR ³			-	*	*
Emissão de DAP ³	144	144	-	*	*
Cadastro Ambiental Rural-CAR ⁴	817	817	-	*	*

Fonte: ¹SIGEF, ²SNCR, ³SIPRA, ⁴Monitoramento

9.3- Memória de cálculo dos indicadores

Complementa informações do item 3.3 e do item 7.1.3

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de área ocupada por imóveis cadastrados em relação à superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede.
Fórmula de Cálculo	superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área (ha) abrangida pela Jurisdição do INCRA, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	percentual de área (ha) ocupada por imóveis cadastrados.
Observação	
Fonte	SNCR

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de análise de processos de Certificação de imóveis</i>
Descrição e forma de análise	percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.
Fórmula de Cálculo	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício no nível de agregação x 100.
Unidade de Medida	percentual de processos analisados
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Regularização Fundiária</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício em relação ao número total de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício.
Fórmula de Cálculo	número de imóveis regularizados e titulados no exercício, dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciados no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	percentual de imóveis regularizados
Observação	
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de gastos com Obtenção de Terras</i>
Descrição e forma de análise	Valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício em relação pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos, em hectares, no exercício.
Fórmula de Cálculo	valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$ no exercício, dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares no exercício, na jurisdição da SR ou Sede.
Unidade de Medida	R\$/ha
Observação	Neste indicador não serão contabilizados os pagamentos de complementação judicial das áreas, sendo assim, pode haver uma subestimação do valor total pago. Também é importante frisar que apenas o pagamento de TDA já leva a área para o cálculo do indicador, não necessariamente tendo efetuado o pagamento das benfeitorias e das sobras de TDA no exercício. No cálculo do Indicador se soma o custo total da terra nua e benfeitoria, vinculada ao PO 02.
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.
Fórmula de Cálculo	número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de Licenças protocoladas
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.
Fórmula de Cálculo	número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de Licenças em vigor
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Acesso à água para consumo doméstico</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício – em relação ao número de famílias assentadas no exercício.
Fórmula de Cálculo	número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna concluído no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas.
Observação	
Fonte	Módulo de Monitoramento – SIR e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de provimento de PDA/PRA</i>
Descrição e forma de análise	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA
Fórmula de Cálculo	Quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA, dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de projetos com PDA/PRA.
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de acesso à moradia nos assentamentos</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício, em relação ao número de famílias assentadas no exercício.
Fórmula de Cálculo	Número de famílias com obras de moradia concluídas no exercício, dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas
Observação	

Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação, MCid e SIPRA
Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção.</i>
Descrição e forma de análise	Quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.
Fórmula de Cálculo	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.
Unidade de Medida	Número de Contratos
Observação	
Fonte	MDA e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de provimento de Assistência Técnica</i>
Descrição e forma de análise	Percentual do número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica, em relação ao número total de famílias assentadas (exceto em assentamentos consolidados).
Fórmula de Cálculo	número de famílias com previsão de atendimento nos instrumentos firmados para prestação de Assistência Técnica, dividido pelo número total de famílias assentadas, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias atendidas.
Observação	Nos casos de recontratação do serviço para um mesmo projeto de assentamento, ou aditivo de prazo, será necessária a apuração junto à SR para verificar eventual duplicação da família contabilizada.
Fontes	- Contratos: SIATER; - Convênios e contratos anteriores à Lei de ATER: Planilha de Detalhamento – DEA. - Contratos RS: SAMA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Renda média das famílias (por amostragem)</i>
Descrição e forma de análise	
Fórmula de Cálculo	
Unidade de Medida	
Observação	Indicador ainda sem fonte definida.

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Parcelas Supervisionadas</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012, em relação ao número total de parcelas.
Fórmula de Cálculo	número de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 4º da IN 70/2012, dividido pelo número total de parcelas, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual do número de parcelas supervisionadas
Observação	
Fonte	SIR - Módulo de Monitoramento e Avaliação e SIPRA

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Consolidação de Assentamentos</i>
Descrição e forma de análise	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.
Fórmula de Cálculo	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação, multiplicado por 100.
Unidade de Medida	Percentual de famílias em PA (s) consolidados
Observação	

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Abrangência de Capacitação</i>
Descrição e forma de análise	Percentual de servidores capacitados em relação ao número total de servidores
Fórmula de Cálculo	número de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividido pelo número total de funcionários, na jurisdição da SR ou Sede x 100.
Unidade de Medida	Percentual de servidores capacitados.
Observação	Pode haver duplicidade na contabilização do número de servidores, isto é, um mesmo servidor pode usufruir de mais de uma oportunidade de capacitação.
Fonte	SIR – Módulo de Monitoramento, DAH3 e SIAPE

Indicador de Desempenho	
Nome	<i>Índice de Horas de Capacitação</i>
Descrição e forma de análise	Quantidade de horas de capacitação de servidores (oportunidades de capacitação usufruídas) em relação ao número total de servidores.
Fórmula de Cálculo	número total de horas de treinamentos recebidos pelos servidores, dividido pelo número total de servidores, na jurisdição da SR ou Sede.
Unidade de Medida	Percentual de horas de capacitação por servidor.
Observação	Pode haver duplicidade na contabilização do número de servidores, isto é, um mesmo servidor pode usufruir mais de uma oportunidade.
Fonte	SIR – Módulo de Monitoramento, DAH3 e SIAPE